



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM TURISMO



**CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE: ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO
ECOTURISMO**

ARACAJU
2023

CARLOS MOISÉS DE LIMA SANTOS

**CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE: ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO
ECOTURISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Linha de Pesquisa: Gestão de Destinos Turísticos: Sistemas, Processos e Inovação (DTPI).

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos

ARACAJU
2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

S237c	<p>Santos, Carlos Moisés de Lima</p> <p>Canindé de São Francisco/se: estratégias para implantação do ecoturismo / Carlos Moisés de Lima Santos - Aracaju: IFS, 2023. 116 f.: il.; color.</p> <p>Orientador: Profa. Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos Dissertação (Mestrado em Turismo) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, Mestrado em Turismo, 2023.</p> <p>1.Turismo 2. Plano Estratégico 3. Ecoturismo.4. Planejamento do Turismo. 5. Canindé de São Francisco - Sergipe. I. Santos, Cristiane Alcântara de Jesus, orientadora. II. Título.</p> <p>CDU 338.486(813.7)</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637

CARLOS MOISÉS DE LIMA SANTOS

**CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE: ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO
ECOTURISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Dr^a. Cristiane Alcântara de Jesus Santos (Presidente)
Universidade Federal de Sergipe – IFS

1º Examinadora: Dra. Jennifer Caroline Soares (Membro Externo)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

2º Examinador: Dr. Lício Valério Lima Vieira (Membro Interno)
Instituto Federal de Sergipe – IFS

Aprovado em: 05/04/2022

CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) responsável pelo Curso de Mestrado Profissional em Turismo a permissão para disponibilizar, reproduzir, emprestar ou vender cópias desse trabalho. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Carlos Moisés de Lima Santos
Instituto Federal de Sergipe – IFS

Profª Drª Cristiane Alcântara de Jesus Santos
Universidade Federal de Sergipe – UFS

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de encerrar mais um ciclo, o Mestrado em Turismo. Foram muitos desafios vividos durante estes dois anos de estudos acadêmicos. A dúvida surgiu em muitos momentos, sobretudo entre conciliar a carreira acadêmica e vivenciar as oportunidades do mercado de trabalho.

Deus foi quem me conduziu e proporcionou sabedoria em cada momento que duvidei, pois colocou em meu caminho pessoas para me inspirar, estimular a não desistir e tenho que aqui agradecer primeiramente a Profa. Dra. Cristiane Alcântara de Jesus Santos, a senhora foi fundamental para a conclusão desse trabalho, não somente nas orientações, mas sempre com uma palavra de estímulo e confiança, até mesmo nos momentos que fraquejei, em que pensei que não conseguiria. Cada e-mail que chegava com uma correção, tinha uma palavra de estímulo. Cada orientação *on-line* e presencial contigo, minhas energias eram revigoradas e a esperança renascia.

Aproveito para agradecer aos meus familiares, meu pai Joaquim Ribeiro, minha mãe Maria Rita, minha irmã Camilla Lima e meu esposo Danilo Pereira. Ficou evidente que em muitos momentos foram difíceis para vocês compreenderem a minha ausência, a resistência que eu demonstrava para vivenciar os momentos de lazer com vocês e as angústias que ficavam nítidas nos meus olhares de desespero e desânimo. Mas tenham a certeza que mais uma etapa foi vencida e somente concluída pelo apoio e fortaleza que vocês são em minha vida.

As queridas amigas e colegas de trabalho Patrícia Vitor, Patrícia Lima e Simone Conceição, tenho somente a agradecer pela compreensão nas minhas ausências no trabalho, por confiar que este sonho seria concluído e que irá contribuir para nossa querida sociedade canindeense.

Aos mestres e doutores do PPMTUR do IFS, a Vossas Senhorias sou eternamente grato pelos ensinamentos, conselhos e orientações durante as disciplinas cursadas e pela disponibilidade que muitos se propuseram no decorrer da construção do Trabalho de Conclusão de Curso.

A querida amiga Patrícia de Jesus minha gratidão, por me orientar no pré-projeto para aprovação na seleção do mestrado e ao querido Márcio Ramos por sua revisão no abstract (resumo).

As queridas amigas/irmãs Verônica Conceição e Anielma Flávia quero agradecer o apoio e incentivo, palavras de estímulos e o carinho durante todo esse trajeto da minha carreira acadêmica e profissional.

Por fim, aos amigos que não citei nomes, peço que me desculpem pela ausência, mas saibam que carrego todos vocês em meu coração e sou grato pela existência da vida de cada um.

**Dou-te graças, porque me respondeste
e foste a minha salvação.**

- Salmo 118:21

RESUMO

O município de Canindé de São Francisco é um dos principais destinos turísticos do estado de Sergipe e tem como seu principal atrativo o Cânion de Xingó. A visita ao destino tem como motivação a realização do passeio náutico através de embarcações de diversos portes. O maior fluxo turístico é oriundo do turismo de bate e volta, fazendo com que a diversificação da oferta turística seja extremamente oportuna para contribuir com o aumento do tempo de permanência dos turistas no destino. Por possuir diversas trilhas, sítios arqueológicos, cachoeiras, gruta e grotas, e ter áreas naturais de interesse turístico que são unidades de conservação, este trabalho tem como objetivo elaborar um manual técnico para o planejamento estratégico de ordenamento e desenvolvimento do ecoturismo no município de Canindé de São Francisco, a fim de implementar o turismo em áreas naturais pautado na preservação do patrimônio natural e cultural. Para a elaboração do trabalho utilizou-se o método indutivo com abordagem quali-quantitativa. Quanto aos métodos de procedimentos foram utilizados a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo. O produto final trata-se de um manual técnico que norteará a gestão pública local na implementação do segmento de ecoturismo, a fim de diversificar a oferta turística no destino Canindé de São Francisco, além de aumentar o poder de competitividade, ampliar a captação de novos investidores e, orientar a implementação do ordenamento da atividade turística, o que contribuirá com a possibilidade do aumento de permanência do turista no município.

Palavras-chaves: Turismo. Plano Estratégico. Ecoturismo. Canindé de São Francisco.

ABSTRACT

The municipality of Canindé de São Francisco is one of the main tourist destinations in the state of Sergipe, highlighting the Xingó Canyon as its main attraction. The destination visit is motivated by nautical tours through boats of different sizes. The largest tourist flow comes from day trips which make the diversification of the tourist offer extremely opportune to contribute to the increase in the length of tourist stay in the destination. By the fact of having several trails, archaeological sites, waterfalls, caves, and also natural areas of tourist interest that are conservation units, this work aims to develop a technical manual for strategic planning for the organization and development of ecotourism in the municipality of Canindé de São Francisco, in order to implement tourism in natural areas based on natural and cultural heritage preservation. For the elaboration of this work, the inductive method with a qualitative approach was used. As for the methods of procedures, bibliographical, documental, and field research were used. The technological product is a technical manual that will guide local public management in the implementation of the ecotourism segment, to diversify the tourist offer in Canindé de São Francisco, in addition to increasing competitiveness, expanding the attraction of new investors and guiding the implementation of a responsible tourist activity, which will contribute to the possibility of increasing the length of tourist stay in the municipality.

Keywords: Tourism. Strategic plan. Ecotourism. Canindé de São Francisco.

RESUMEN

El municipio de Canindé de São Francisco es uno de los principales destinos turísticos de Sergipe y tiene como principal atractivo el Cañón del Xingó. La visita al destino tiene como motivación la realización de un recorrido náutico a través de embarcaciones de diferentes tamaños. El flujo turístico más representativo proviene del turismo de un día, lo que hace con que la diversificación de la oferta sea sumamente oportuna para contribuir al aumento del tiempo de permanencia de los turistas en el destino. Por contar con varios senderos, sitios arqueológicos, saltos de agua y grutas, además de áreas naturales de interés turístico que son unidades de conservación, este trabajo tiene como objetivo elaborar un manual técnico de planificación estratégica de ordenamiento y desarrollo del Ecoturismo en el municipio de Canindé de São Francisco, con el fin de implementar el turismo en áreas naturales basado en la preservación del patrimonio natural y cultural. Para la elaboración del trabajo se ha utilizado el método inductivo con un enfoque cuali-cuantitativo. En cuanto a los métodos de procedimientos, se han utilizado la investigación bibliográfica, documental y la investigación de campo. El producto final es un manual técnico, que orientará la gestión pública local en la implementación del segmento de ecoturismo, con el fin de diversificar la oferta turística en el destino Canindé de São Francisco, además de aumentar el poder de competitividad, ampliando la captación de nuevos inversores y orientar la puesta en marcha de la organización de la actividad turística, lo que contribuirá a la posibilidad de incrementar la permanencia de turistas en el municipio.

Palabras clave: Turismo. Plan estratégico. Ecoturismo. Canindé de São Francisco.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisas de artigos, periódicos e bases de dados com textos sobre Ecoturismo em Canindé de São Francisco	24
Quadro 2 – Classificação dos tipos de planejamento	33
Quadro 3 – Características do planejamento com base em sua abrangência	33
Quadro 4 – Níveis de abrangência do planejamento.....	34
Quadro 5 – Etapas do planejamento turístico	36
Quadro 6 – Brasil - histórico de órgãos de turismo em âmbito federal.....	40
Quadro 7 – Síntese dos marcos temporais do turismo no Brasil	41
Quadro 8 - Normas técnicas da ABNT para o turismo de aventura e ecoturismo.....	57
Quadro 9 – Sergipe - Síntese dos atrativos e atividades turísticas por município do polo Velho Chico com aptidão para ecoturismo	59
Quadro 10 – Canindé de São Francisco – informações básicas sobre o município, 2022.....	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma etapas da pesquisa.....	28
Figura 2 – Tipos de planejamento por níveis	33
Figura 3 – Estrutura de níveis do plano	35
Figura 4 - O ciclo do planejamento	38
Figura 5 – Organização do sistema de gestão do turismo brasileiro - federal a municipal	39
Figura 6 – Ações estratégicas	45
Figura 7 - Algumas designações dadas ao turismo de natureza.....	49
Figura 8 – Brasil - destinos contemplados no PAS	56
Figura 9 – Sergipe - localização de Canindé de São Francisco, 2023	63
Figura 10 – Sergipe - polo Velho Chico, 2022	67
Figura 11 – Localização Vale dos Mestres, 2023.....	71
Figura 12 – Localização Museu de Arqueologia de Xingó, 2023.....	77
Figura 13 – Canindé de São Francisco - localização Eco Fazenda Mundo Novo, 2023.....	81
Figura 14 - Localização do Monumento Natural do Rio São Francisco.....	88
Figura 15 - Localização do Monumento Natural Grota do Angico.....	89
Figura 16 - Localização do Parque Municipal Lagoa do Frio.....	89
Figura 17 – Marca do produto tecnológico	92
Figura 18 – Elementos base da marca.....	93

Figura 19 – Cores da marca.....	93
Figura 20 – Logotipo.....	94
Figura 21 – Ilustrações.....	94
Figura 22 – Medidas de redução da marca.....	95
Figura 23 – Aplicação da marca.....	95
Figura 24 - Itens do manual técnico de ordenamento turístico: estratégias de implantação do ecoturismo.....	96

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Antiga cidade Canindé de São Francisco - “Canindé de baixo”	64
Foto 2 – Canindé de São Francisco – centro da cidade	65
Foto 3 – Canindé de São Francisco - orla Salomão Porfírio de Britto, 2023	68
Foto 4 – Canindé de São Francisco - Cânion de Xingó, 2022	69
Foto 5 – Catamarã no Cânion de Xingó	70
Foto 6 – Canindé de São Francisco – mosaico trilha do Vale dos Mestres, 2022.....	71
Foto 7 - Mosaico sítio arqueológico - Vale dos Mestres I, II e III	72
Foto 8 – Mosaico pinturas e gravuras rupestres Vale dos Mestres	72
Foto 9 – Canindé de São Francisco - Usina Hidrelétrica de Xingó	73
Foto 10 - Canindé de São Francisco - Cachoeira do Lajedão.....	74
Foto 11 - Canindé de São Francisco - Rio São Francisco.....	76
Foto 12 – Canindé de São Francisco - Museu de Arqueologia de Xingó.....	77
Foto 13 – Canindé de São Francisco - Trilha do Cangaço: Grota do Angico.....	78
Foto 14 – Mosaico letreiros com pinturas e gravuras rupestres.....	80
Foto 15 - Canindé de São Francisco - sítio arqueológico da Eco Fazenda Mundo Novo.....	80
Foto 16 – Estudantes visitando a trilha da Eco Fazenda Mundo Novo.....	81
Foto 17 – Canindé de São Francisco – pintura rupestres Eco Fazenda Mundo Novo.....	87

Foto 18 – Casas de veraneios à margem do rio São Francisco.....90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AL – Alagoas

AP – Antes do Presente

BA – Bahia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CADASTUR - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos

CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

CEP - Código de Endereçamento Postal

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CNTur – Confederação Nacional do Turismo

COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DESO - Departamento de Saneamento de Sergipe

DIP – Departamento de Imprensa e propaganda

DTPI - Gestão de Destinos Turísticos: Sistemas, Processos e Inovação

EMBRATUR – Agência Brasileira de Turismo

EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FORTUR/SE – Fórum Estadual do Turismo de Sergipe

FPI - Fiscalização Preventiva Integrada

FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano

IEB - Instituto de Ecoturismo do Brasil

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISO - International Organization for Standardization

LGT - Lei Geral do Turismo

MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPF - Ministério Público Federal

MTur - Ministério do Turismo

NBR - Norma Brasileira

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OEA - Organização dos Estados Americanos

PAS - Programa Aventura Segura

PDTIS - Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado Sustentável

PIB - Produto Interno Bruto

PLANTUR - Plano Nacional de Turismo

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT - Política Nacional de Turismo

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo

PROECOTUR - Programas de Ecoturismo para Amazônia Legal

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRT - Programa de Regionalização do Turismo

SE - Sergipe

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SETS - Secretaria de Turismo e Serviços

SETURCE - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte

SETUR/SE – Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe

SISTUR – Sistema de Turismo

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TIES - The Internacional Ecotourism Society

TN - Turismo de Natureza

UC - Unidades de Conservação

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UHE - Usina Hidrelétrica de Xingó

UNWTO - World Tourism Organization

UNEP - United Nations Environment Programme

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS.....	30
1.1. Planejamento enquanto ferramenta para o desenvolvimento turístico	30
1.2. Planejamento turístico no Brasil: gestão e marcos temporais.....	39
1.3. Planejamento do ecoturismo no Brasil.....	44
CAPÍTULO 2 - PLANEJAMENTO DO TURISMO EM ÁREAS NATURAIS: ECOTURISMO EM QUESTÃO.....	48
2.1. Percorrendo o turismo em áreas naturais: unidades de conservação e ecoturismo	48
2.2 Ecoturismo: Brasil e Sergipe suas práticas e experiências	53
CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA DO ORDENAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ECOTURÍSTICAS EM CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO.....	63
3.1. Caracterização do município	63
3.2. Impactos da ausência do planejamento turístico em Canindé de São Francisco.....	82
CAPÍTULO 4 - PRODUTO TECNOLÓGICO – MANUAL TÉCNICO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO: ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO	91
4.1. Identidade visual - marca	92
4.2. Construção textual do manual técnico	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
APÊNDICES.....	114

INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno existente em todo o mundo, uma vez que possibilita o encontro de culturas, permite a visitação de lugares em meio aos conflitos territoriais e configura-se também como um elo da humanidade no planeta terra.

A atividade turística por ser de natureza uma ação antrópica que causa impactos ambientais e sociais, requer cuidados para mitigar os efeitos negativos que são danosos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. No entanto, torna-se necessário estabelecer ações e estratégias que visem maximizar os efeitos positivos como o resgate e manutenção do patrimônio cultural, preservação de áreas naturais, geração de emprego e renda.

Sabe-se que o turismo predatório provoca danos irreversíveis, a exemplo de malefícios para a comunidade receptora. Os destinos turísticos que surgem com a falta de planejamento estão propícios à especulação imobiliária, a insegurança, aumento do índice de criminalidade, crescimento desordenado, poluição dos recursos naturais, exploração sexual, entre outros efeitos nocivos provenientes dessa atividade.

De acordo com Martins (2019, p. 15) “para viabilizar a geração da atividade turística com impactos positivos e proporcionar o seu desenvolvimento e consolidação em todos os âmbitos territoriais [...] é primordial uma composição participativa e integrada da prática contínua de planejamento [...]”. Assim sendo, prover de um planejamento turístico é de fundamental importância para garantia da sustentabilidade da atividade, preservação e manutenção dos recursos naturais e sua contribuição no desenvolvimento socioeconômico do destino turístico.

No Brasil, o Ministério do Turismo, órgão gestor da atividade turística em âmbito Federal, concentra o planejamento turístico concomitante com o tempo de gestão política, elaborando o plano com diretrizes, metas e estratégias para política nacional de turismo, um contraponto ao que ocorre em âmbito municipal, uma vez que poucos destinos turísticos elaboram seus planos turísticos municipais. Nesse sentido, Sampaio (2019, p.17) aponta a necessidade do planejamento turístico em âmbito municipal ao dizer

[...] a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Turístico, deve gerar ações concretas para o destino turístico. Neste sentido, são de suma importância para os municípios, pois a partir deles, os destinos podem organizar-se e estruturar-se para se desenvolverem e/ou consolidarem-se no turismo. Além de serem instrumentos essenciais para viabilizar investimentos junto aos órgãos fomentadores da atividade turística.

Com isso, pode-se afirmar que o planejamento é a forma mais eficaz para o desenvolvimento do turismo e da gestão da atividade nos destinos turísticos.

O município de Canindé de São Francisco é um dos principais destinos turísticos do estado de Sergipe e do Polo Velho Chico. No entanto, não há registros da elaboração de um plano municipal de turismo, desde a criação da Secretaria Municipal de Turismo até a presente data. Importante ressaltar que na política municipal de turismo, além da Secretaria Municipal de Turismo, o município conta com o Conselho Municipal de Turismo e também com o Fundo Municipal de Turismo.

O destino turístico Canindé de São Francisco é conhecido nacionalmente pelo Cânion de Xingó, a paisagem natural e o Rio São Francisco. A atividade turística no destino ocorre principalmente através dos passeios náuticos e da visitação aos atrativos naturais.

Considerando o potencial turístico em áreas naturais e a diversidade de atrativos naturais utilizados para visitação turística no município supracitado, surge o problema de pesquisa deste estudo que decorre do seguinte questionamento: “Quais os impactos decorrentes da ausência de uma política municipal para o ordenamento do ecoturismo em Canindé de São Francisco?”

Para o êxito da pesquisa faz-se necessário determinar os objetivos que irão nortear a construção do projeto. Assim sendo, este trabalho tem em seu objetivo geral elaborar um manual técnico que subsidie a elaboração do plano estratégico de ordenamento e desenvolvimento do ecoturismo de Canindé de São Francisco, a fim de implementar o turismo em áreas naturais, pautado na preservação do patrimônio natural e cultural. Afim de atingir este objetivo norteador foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Levantar os principais atrativos turísticos e localidades no município para desenvolver o Ecoturismo.

- Diagnosticar a infraestrutura turística existente e potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo.
- Analisar as ações realizadas pela gestão pública nos últimos anos que são pertinentes para implementação do Ecoturismo no município de Canindé de São Francisco;
- Elaborar diretrizes e ações estratégicas que nortearão a gestão pública de forma que estes possam criar o Plano Estratégico de Ordenamento e Desenvolvimento do Ecoturismo em Canindé de São Francisco.

Como justificativa tem-se que a elaboração do produto técnico “Manual Técnico de Ordenamento Turístico: Estratégias para implantação do Ecoturismo” apresenta correlação direta com a área de concentração do mestrado: Gestão do Turismo, e apresenta-se como uma ferramenta inerente à Linha de Pesquisa: Gestão de Destinos Turísticos: Sistemas, Processos e Inovação (DTPI).

A propositura da elaboração do manual técnico como instrumental para elaboração do plano estratégico para áreas naturais de interesse turístico e a implantação de um planejamento estratégico municipal, são inovadores para o estado de Sergipe. Assim, permitirá que a atividade turística seja executada de forma ordenada, visando a participação colaborativa dos atores da cadeia produtiva do turismo, estimulando a criação de redes de turismo, o que contribuirá para o aumento da competitividade do destino turístico Canindé de São Francisco.

A partir das pesquisas realizadas durante a vigência do mestrado, pretende-se entregar para a gestão municipal de Canindé de São Francisco e ao Conselho Municipal de Turismo o “Manual Técnico de Ordenamento Turístico: Estratégias para implantação do Ecoturismo”, contemplando proposições de formas estratégicas para estruturação da atividade turística no segmento de ecoturismo.

Desta forma, busca-se ter uma ferramenta norteadora para diversificar a oferta turística no destino Canindé de São Francisco, contribuir para o aumento do poder de competitividade, ampliar a captação de novos investidores, diversificar os segmentos turísticos no município, orientar a implementação do ordenamento da atividade turística, o que contribuirá com a possibilidade do aumento do tempo de permanência do turista no destino.

Com base na elaboração de um plano turístico, a Gestão Pública Municipal poderá investir seus recursos econômicos e humanos de forma mais assertiva, além de auxiliar no processo de tomada de decisão e redução do tempo na elaboração de programas e projetos descontínuos, por existir metas a serem alcançadas, norteadas na sustentabilidade e no ciclo de vida do destino.

A partir do planejamento estratégico serão desenvolvidas ações para mitigar o impacto negativo no meio ambiente, seja este provocado pela visitação desordenada, extrapolação da capacidade de carga ou uso inadequado do espaço. A proposição de estudos para identificar a capacidade de carga das áreas naturais, a gestão de riscos, identificação dos planos de manejo, o controle de acesso junto a educação ambiental e interpretação do ambiente, poderão contribuir com a redução drástica dos impactos negativos, permitindo que gerações futuras tenham acesso ao ambiente natural e aos patrimônios histórico-culturais.

Ademais, esta pesquisa poderá contribuir para a incidência de mais estudos e produções acadêmicas acerca do turismo em áreas naturais em Sergipe, principalmente nos municípios inseridos no Polo Velho Chico. Apesar de Canindé de São Francisco se configurar como um dos destinos mais visitados de Sergipe, atrás apenas da capital Aracaju, portão de entrada dos turistas ao estado de Sergipe (SERGIPE, 2012), ainda são poucos os estudos que abordam à atividade turística local (Quadro 1), principalmente quando enfoca a apropriação turística do ecoturismo e a diversificação da oferta turística através do planejamento e organização do turismo em áreas naturais. Diante disso, este estudo visa contribuir para ser mais uma ferramenta a mitigar esta lacuna.

Quadro 1 – Pesquisas de artigos, periódicos e bases de dados com textos sobre Ecoturismo em Canindé de São Francisco

Termo de busca	Plataforma (buscador)	Textos encontrados	Textos selecionados
Turismo Canindé de São Francisco	Períodos CAPES	23	01
Ecoturismo Canindé de São Francisco - SE	Períodos CAPES	07	00
Ecoturismo em Sergipe	Períodos CAPES	64	02
Planejamento Turístico em Sergipe	Períodos CAPES	112	0
Turismo Canindé de São Francisco	SCIELO	0	0
Ecoturismo Canindé de São Francisco - SE	SCIELO	0	0
Ecoturismo em Sergipe	SCIELO	0	0
Ecoturismo	SCIELO	35	15
Planejamento Turístico	SCIELO	23	03
Turismo Canindé de São Francisco	Google acadêmico	723	04
Ecoturismo Canindé de São Francisco - SE	Google acadêmico	+990*	02
Ecoturismo em Sergipe	Google acadêmico	791*	08
Total		1878	35

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Durante as pesquisas nas 3 principais plataformas de buscas, sugeridos pela *Techtudo* e recomendado pela Universidade Federal de Passo Fundo, Rio Grande do

Sul¹, foi possível identificar a duplicação de artigos em mais de uma plataforma, além de muitos textos referentes ao município de Canindé, localizado no estado do Ceará. Também foram detectados artigos produzidos em outras áreas do conhecimento (Geografia, História, Biologia, Saúde, Arqueologia, entre outros).

Vale ressaltar que os *links* dos artigos das bases *SBECOTUR* e *CIET* encontravam-se fora do ar no momento desta pesquisa e o artigo da Revista Geográfica Acadêmica intitulado “Perspectivas de Sustentabilidade Ecológica do Turismo em Xingó, SE/AL”, não se encontra disponível na plataforma. Nas pesquisas realizadas no *Google Acadêmico* foram avaliadas as 10 primeiras páginas, constando 10 *links* de arquivos em cada página, com filtro do período de 2018 até a atualidade. Para identificação dos textos selecionados foi realizada a leitura dinâmica e a avaliação dos resumos.

Desta forma, tornam-se relevante o desenvolvimento de pesquisas que visem (re) pensar o uso turístico de espaços naturais a partir de um planejamento que favoreça a visitação e a experiência turística com o apoio do setor público, da iniciativa privada e da comunidade local.

Em sua parte metodológica, a pesquisa emprega um conhecimento científico onde “[...] a Ciência é um procedimento metódico cujo objetivo é conhecer, interpretar e intervir na realidade, tendo como diretriz problemas formulados que sustentam regras e ações adequadas à constituição do conhecimento [...]” (GERHARDT; SOUZA, 2009, p. 25).

Assim sendo, para a construção dessa pesquisa foi utilizado o método indutivo que de acordo com Gil (2008, p. 10) “parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”. Ainda de acordo com o autor, este método também contribui para a “observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer” (Idem). Este método foi escolhido considerando que esta pesquisa busca orientar a implantação do ecoturismo no município de Canindé de São Francisco, a partir do manual técnico que será o instrumental para elaboração

¹ Universidade Federal Passo Fundo. 7 dicas de sites para pesquisa acadêmica. Disponível em <https://www.upf.br/biblioteca/noticia/7-dicas-de-sites-para-pesquisa-academica>. Acessado em 09/02/2022.

do plano estratégico de ecoturismo, uma ferramenta norteadora nas tomadas de decisões e ações do uso das áreas naturais com interesse turístico.

Do ponto de vista da abordagem, busca-se empreender uma pesquisa de cunho quali-quantitativa, conjugando elementos das pesquisas qualitativa e quantitativa para atender aos objetivos propostos. Enquanto a pesquisa quantitativa expressa em números as informações concernentes aos processos dinâmicos vivenciados pelos grupos sociais, a pesquisa qualitativa foca nos aspectos subjetivos que permeiam a vivência dos sujeitos, as quais não podem ser quantificadas. De acordo com Michel (2009, p. 37), a pesquisa quali-quantitativa “[...] se fundamenta na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisados a partir de significação que estes dão aos seus atos”. Assim, a participação dos atores na elaboração do planejamento estratégico de ecoturismo será de fundamental importância para a construção de um planejamento participativo e exequível.

Os métodos de procedimentos utilizados para desenvolver a pesquisa foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo (*in loco*). A pesquisa bibliográfica, fase inicial da pesquisa, foi utilizada para reforçar o embasamento teórico adquirido com as disciplinas que foram cursadas no Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 183) “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Assim sendo, essa se deu a partir do levantamento de produções acadêmicas, a exemplo de artigos publicados em periódicos científicos, dissertações e teses com temas voltados para o planejamento do turismo, segmentos turísticos, turismo em áreas naturais, políticas públicas de turismo, turismo e meio ambiente, ecoturismo, dentre outros. De acordo com Gil (2007, p. 44)

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica proporcionou um diálogo com os autores que pesquisam sobre o tema em questão, reafirmando a importância do embasamento teórico na construção do turismo responsável que propõe a sustentabilidade.

Já a pesquisa documental busca organizar informações relevantes para o estudo que se encontram dispersas (PRODANOV; FREITAS, 2013) e conforme afirma Gil (2008) trata-se de documentos/materiais que ainda não receberam um tratamento analítico. Desta feita, a pesquisa documental foi realizada nas instituições públicas e privadas relacionadas ao turismo e às atividades em áreas naturais de Canindé de São Francisco, bem como aquelas ligadas aos órgãos Estaduais e Federais que têm ações no município, a fim de levantar documentos e normativas pertinentes à temática abordada nesta pesquisa.

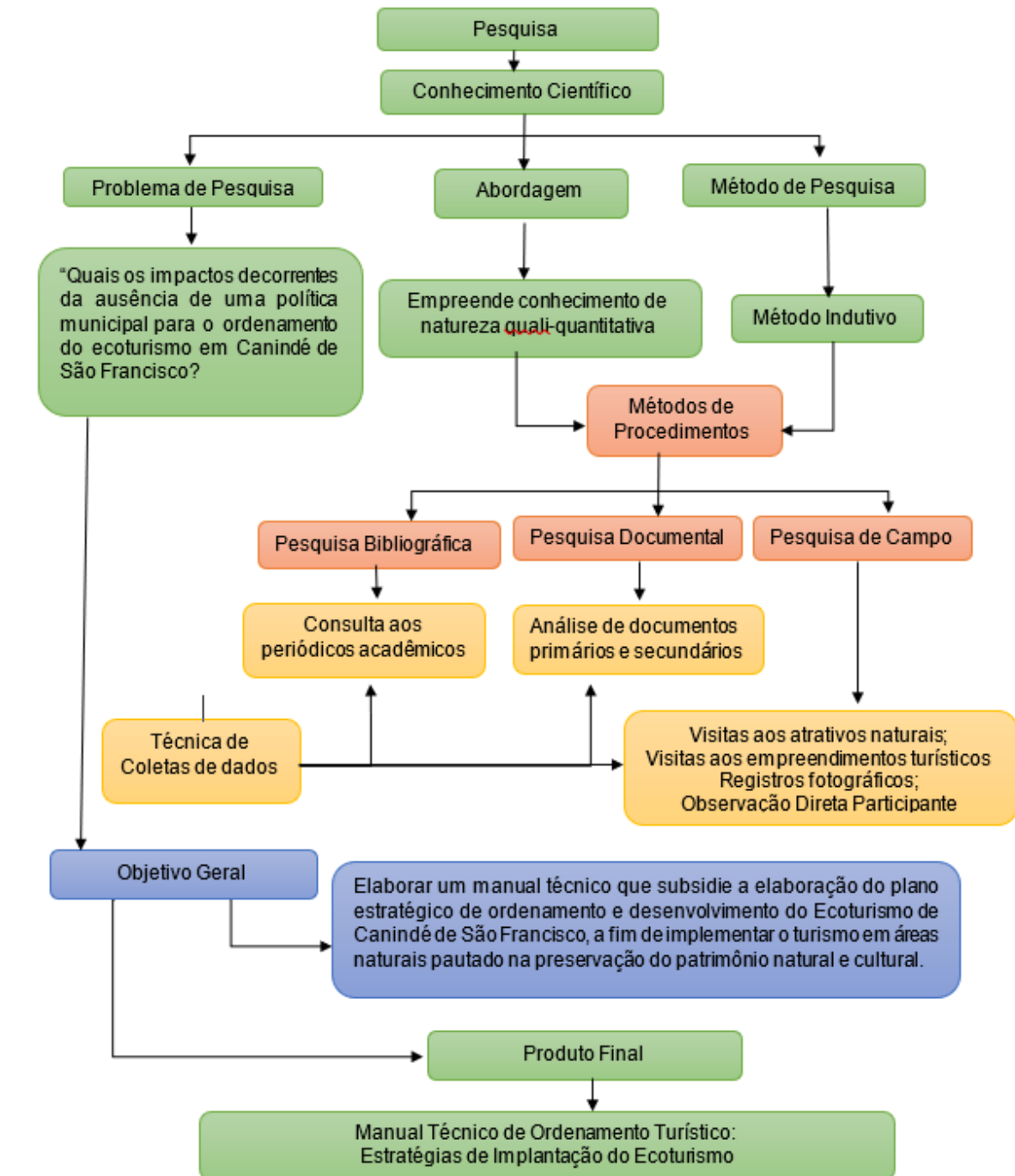
A pesquisa de campo foi utilizada para verificar como a teoria se comporta com as variáveis no ambiente real, ou seja, onde os fatos ocorrem, além de identificar os atores potenciais e a predisposição para desenvolver e ordenar o turismo nas áreas naturais. Na pesquisa de campo foram utilizadas algumas técnicas de coleta de dados que subsidiaram alcançar os resultados, tais como: observações diretas e participantes e registros fotográficos

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 104) a observação participante “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Nesse caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo”. Tal técnica foi de suma importância no processo de identificação das trilhas, dos profissionais de turismo atuantes no território em análise, atrativos turísticos e empreendimentos turísticos, proporcionando a oportunidade de dialogar com os atores que integram a cadeia produtiva do turismo em áreas naturais do município, o que permitiu analisar os potenciais existentes.

Concomitantemente, foram realizados registros fotográficos dos espaços visitados, a fim de auxiliar a compreensão de fenômenos apresentados nas discussões presentes neste trabalho, assim como para ilustrar “Manual Técnico de Ordenamento Turístico: Estratégias para implantação do Ecoturismo”.

Para melhor compreender o percurso metodológico desta pesquisa, a seguir apresenta-se um fluxograma com as etapas da pesquisa (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma etapas da pesquisa



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A partir da execução dos procedimentos metodológicos supracitados, este trabalho está estruturado em 4 capítulos.

O primeiro capítulo intitulado “Planejamento e gestão de destinos turísticos” aborda os processos de planejamento e gestão enquanto ferramenta para o desenvolvimento turístico considerando seus tipos, etapas e classificação.

No segundo capítulo “Planejamento do turismo em áreas naturais: ecoturismo em questão” apresenta uma discussão conceitual sobre o ecoturismo e análises das práticas do ecoturismo no estado de Sergipe.

O capítulo 3 “A importância do ordenamento para o desenvolvimento de práticas ecoturísticas em Canindé de São Francisco” discorre sobre o objeto de estudo, assim como acerca da importância do Ordenamento para o Desenvolvimento de Práticas Ecoturísticas em Canindé de São Francisco.

Por fim, no capítulo 4 “Produto tecnológico – manual técnico de ordenamento turístico: estratégias de implantação do ecoturismo com o produto tecnológico” será apresentada a identidade visual do manual e o produto resultante desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS

Abordar a discussão do planejamento de destinos turísticos requer entender que o planejamento é uma etapa fundamental para uso eficaz e eficiente dos recursos. No âmbito da gestão pública municipal é primordial que seja considerado o planejamento das esferas Federal, Estadual e Regional para projetar-se o planejamento do município. De fato, as políticas públicas devem estar em consonância em todas as esferas, pois considera-se que os recursos financeiros são finitos e escassos para investimentos de forma ampla em todo o Brasil. Assim sendo, este capítulo irá discorrer sobre a temática do planejamento e gestão enquanto ferramenta para o desenvolvimento turístico considerando seus tipos, etapas e classificação.

1.1. Planejamento enquanto ferramenta para o desenvolvimento turístico

O desejo das pessoas de conhecerem e experimentar outros lugares, por meio do deslocamento para regiões distintas do seu cotidiano, perpetua o turismo, transcendendo para as viagens turísticas com foco motivacional diferente de outros tipos de viagens. Para Santos (2015, p. 13) “o turismo é um fenômeno social, que movimenta milhões de pessoas todos os anos, tornando-se mais uma forma de movimentar a economia, propagar ideais e ações afirmativas, bem como estreitar o laço entre as nações”.

A atividade turística é um fenômeno que requer o planejamento para que possa ser alcançado os objetivos da sustentabilidade envolvendo os atores da cadeia produtiva do turismo. Considerando a complexidade do turismo e suas relações com a globalização, é imprescindível que seja considerado os aspectos do planejamento, visto que, o turismo utiliza-se de recursos finitos, causando impactos positivos e negativos nos destinos turísticos emissores e receptivos.

Tratando-se do planejamento e gestão do destino turístico, Santos (2018, p, 9) enfatiza que o

[...] desenvolvimento da atividade turística requer uma complexidade de interações e investimentos na criação e adequação da infraestrutura turística, qualificação e capacitação dos profissionais prestadores de serviços turísticos e de apoio, assim como a criação de um plano de desenvolvimento turístico para nortear, controlar e monitorar a execução desta prática.

Desta forma, o planejamento é a forma eficaz para o desenvolvimento da atividade turística no âmbito da gestão pública e/ou privada. Por existir consequências na prática da atividade turística, Muller e Silva (2011, p. 19) discorre sobre a importância do planejamento como

[...] a principal ferramenta para que a atividade turística ocorra e, dessa maneira, ajudar a melhorar a qualidade de vida da população local, a economia, a cultura, o meio ambiente e a sociedade em geral. A ausência do planejamento pode causar danos irreversíveis na destinação turística, alterando a paisagem e outros elementos edificados, destruindo os atrativos turísticos e impedindo o desenvolvimento contínuo do turismo. O desenvolvimento turístico deve ocorrer de forma sustentável, mantendo os recursos e atrativos existentes, seja para o tempo presente quanto para o tempo futuro.

Ponderando a importância do planejamento para o turismo e que as discussões sobre o planejamento se encontram, inicialmente, na área da Administração e Marketing, pode-se afirmar que por muitos anos estiveram correlacionadas principalmente aos negócios de empresas. No entanto, alguns autores ressaltam que a atividade de planejar está intrínseca a vida do homem, conforme aponta Martins (2019, p. 20) que o “planejamento está presente na vida do homem desde os tempos antigos, sendo utilizado como ferramenta para encarar situações e dificuldades de sobrevivência, em busca de pensar antes de agir [...]”.

Ao refletir sobre a vida humana e entendendo o planejamento de forma holística, percebe-se que o homem planeja por todo tempo de sua vida, seja na área profissional, emocional, acadêmica e no cotidiano. As mínimas ações dos seres humanos são baseadas em planejamento, seja por milésimo de segundos ou em curto, médio e longo prazo, atividades como fazer o café da manhã, definir qual profissão irá seguir, onde estudar, os locais de momentos de lazer, qual roupa vestir e onde morar, são baseados em escolhas que requer tomada de decisão a partir de um planejamento e objetivos à serem alcançados.

Para Fernandes (2011, p. 5) o planejamento é “[...] um processo que permite prever e avaliar ações futuras, com vistas à tomada de decisões mais racionais e eficientes [...] uma atividade permanente, contínua, que permite estabelecer objetivos

e metas, além de definir formas de alcançá-los”. O processo de planejamento requer uma análise do passado, realizada no presente, com o intuito de nortear ações e auxiliar nas tomadas de decisões futuras. De acordo com Braga (2007, p. 1-2) “é um processo contínuo e renovável, ele ocorre no período presente, resultante de um aprofundado estudo da realidade, com o intuito de ordenar ações que acontecerão em um momento futuro”.

Já para Soares (2012, p. 64, tradução nossa), o planejamento trata-se da “[...] ação de análise e diagnóstico da situação atual e de estabelecer objetivos, metas e estratégias futuras para alcançar um objetivo desejado”.

No entanto, apesar de tratar de fatos para auxiliar as tomadas de decisões para ações futuras, precisa-se entender que são cenários criados a partir da análise de variáveis, ou seja, não são previsões absolutas e sim possibilidades, tendo em vista que devem ser compreendidos de forma dinâmica, multável e com a necessidade de adequação a partir de revisões e inferências de novas variáveis. Dias (2003, p. 36) afirma que:

[...] Não há planejamento perfeito; ao contrário, todo produto de planejamento deve ser revisto periodicamente, pois a realidade está mudando permanentemente, e devem ser consideradas novas variáveis, novas situações, novos arranjos, e assim por diante.

Assim sendo, o planejamento é uma atividade permanente e contínua. Fernandes (2011, p. 29) corrobora que o planejamento se constitui “[...] num processo de retro-alimentação de dados, de modo a possibilitar a correção e/ou adequação dos objetivos, metas e estratégias à nova realidade do mercado ou do município em estudo [...]”.

O planejamento apresenta um caráter dinâmico e temporal, podendo apresentar classificações e tipologias diferenciadas. Neste trabalho, serão abordada o planejamento adaptado aos pensamentos de Ignarra (2003, p. 84) e Fernandes (2011, p. 14), considerando as diversas variáveis e os pontos de vista a seguir no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação dos tipos de planejamento

IGNARRA	CLASSIFICAÇÃO	FERNANDES
Do tempo	longo, médio ou curto prazo	Temporal
Geográfico	local, municipal, regional, estadual, nacional, continental e mundial	Geográfico
Administrativo	público, privado ou misto	Administrativo
Econômico	microeconômico ou macroeconômico	Econômico
Setorial	setorial, intersetorial e global	Agregativo
De sua abrangência	estratégico, tático e operacional	Intencional

Fonte: Elaboração própria a partir de Ignarra (2003) e Fernandes (2011).

Com relação a classificação dos tipos de planejamento, pode-se destacar que ambos os autores concordam em 90% na classificação, entretanto o autor Fernandes (2011) não considera em sua classificação nos aspectos administrativo e agregativo os termos misto e intersetorial, respectivamente.

Ponderando os tipos de classificação do planejamento por sua abrangência e em consonância com a classificação anterior, Fernandes (2011) descreve as principais características do planejamento (Quadro 3).

Quadro 3 – Características do planejamento com base em sua abrangência

PLANEJAMENTO		
ESTRATÉGICO	TÁTICO	OPERACIONAL
Nível de decisão de alta administração	Nível de decisão a cargo da média gerência	Nível de decisão a cargo da supervisão
Duração é de longo prazo	Duração de médio prazo	Duração é de curto prazo
Abrange a organização inteira	Abrange departamentos ou setores	Abrange tarefas ou operações específicas
Apresenta um grande número de atividades	Pequeno número de atividades	Pequeno número de atividades
Pouca flexibilidade para alterações	Alterações mais fáceis	Alterações fáceis.

Fonte: Adaptado de Fernandes (2011).

Ainda, é possível criar uma correlação resumida a partir dos níveis de abrangência do planejamento para diferenciar os três principais tipos (estratégico, tático, operacional), conforme descrito no Quadro 4.

Quadro 4 – Níveis de abrangência do planejamento

VARIÁVEIS DO PLANEJAMENTO	ESTRATÉGICO	TÁTICO	OPERACIONAL
Área de Abrangência	Organização ou território como um todo	Departamento ou área do território	Atividade ou ação
Tempo	Longo Prazo	Médio Prazo	Curto prazo
Nível de Decisão	Alta Direção	Médias Gerências	Supervisores

Fonte: Ignarra, 2003.

Correlacionado os tipos de planejamento descritos acima e suas características é possível desenhar por nível de hierarquização os tipos de planejamento (Figura 2).

Figura 2 – Tipos de planejamento por níveis

Fonte: Fernandes, 2011.

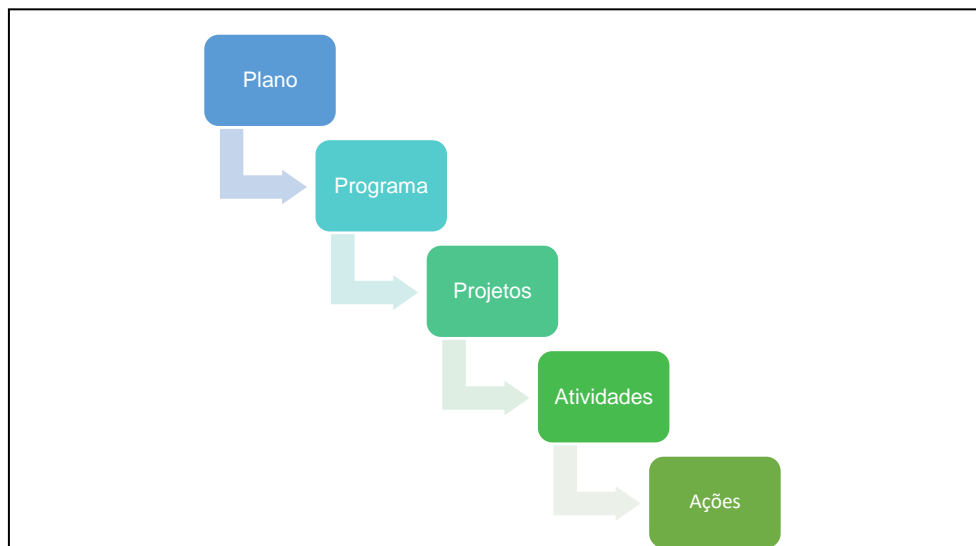
De acordo com Ignarra (2003), o processo de planejamento se dá a partir da busca em responder 07 questionamentos, são eles: “O quê? Por Quê? Quem? Como? Aonde? Quando? Quanto?”. Para tal, ao responder estas perguntas, poderá elaborar 3 tipos de documentos que são a parte palpável e estática do planejamento:

- a) O plano é o documento mais abrangente e o mais superficial, um plano turístico abrange a análise de todas as variáveis envolvidas com o fenômeno, porém abrange cada uma delas a faz de forma superficial;
- b) O programa é um conjunto de projetos que possuem similaridade ou complementaridade.
- c) O projeto, ao contrário, é o documento mais específico e o mais detalhado. Um projeto turístico aborda um elemento específico do turismo e o estuda o mais detalhadamente possível (IGNARRA, 2003, p. 83).

A partir dessa discussão torna-se importante deixar claro o entendimento de planejamento e plano. Desta forma, Fernandes (2011, p. 28) distingue ambos ao dizer que o “[...] plano é um documento técnico e político, no qual são expressos todos os estudos, pesquisas, avaliação, objetivos, metas, estratégias, decorrentes da atividade de planejamento [...]”.

Convergente com o descrito acima, o Plano, Programa e Projetos são distinguidos pelo nível de detalhamento, abrangências e profundidade. No entanto, deve-se acrescentar as atividades e ações como nível de execução para concretude das estratégias existentes no planejamento do município (Figura 3).

Figura 3 – Estrutura de níveis do plano



Fonte: Elaboração própria a partir de Ignarra (2003) e Fernandes (2011).

De forma resumida, Santos (2013, p. 19) afirma que,

os planos são documentos mais amplos, compostos por uma série de programas que apresentam de forma mais específica e detalhada as informações contidas no plano. Por conseguinte, os programas são compostos por um conjunto de projetos que trazem as ações efetivas para concretização dos objetivos e metas contidas no plano.

Ao tratar do planejamento voltado ao turismo e considerando a complexidade dessa atividade, Fernandes (2011, p. 22) traz uma visão simplificada do planejamento turístico em 06 (seis) etapas:

1. Diagnóstico
2. Prognóstico

3. Estabelecimento de objetivos e metas
4. Programação
5. Implementação
6. Avaliação

Basicamente, todos os autores que discorrem sobre planejamento turístico, na elaboração do plano, utilizam-se das etapas: Diagnóstico, Prognóstico e Avaliação. No entanto, podem divergir sobre a forma de organização ou subdivisão das etapas, a partir de detalhamentos, devido ao tipo de metodologia utilizada e/ou a necessidade de atender algum aspecto específico. A seguir, no Quadro 5, têm-se os principais autores brasileiros que em suas pesquisas abordam as etapas do planejamento turístico.

Quadro 5 – Etapas do planejamento turístico

AUTOR	ETAPAS DO PLANEJAMENTO	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS
Barretto (1991)	1. Estudo diagnóstico	Investigação, reflexão, compreensão e juízo dos dados da realidade bem como identificação de fatos e tendências.
	2. Definição de objetivos	Definição do estado das coisas que se pretende atingir com o planejamento.
	3. Implantação e execução	Instalação e início de funcionamento do empreendimento.
	4. Controle	Acompanhamento da correspondência com o planejado, identificação e correção de desvios e/ou bloqueios e fornecimento de subsídios para a etapa seguinte.
	5. Avaliação do trabalho	Crítica pura ou orientada para um replanejamento. O desempenho dos resultados é analisado.
Beni (1998)	1. Estudo preliminar	Levantamento e cadastramento de todas as características do local.
	2. Diagnóstico	Análise dos dados levantados no estudo preliminar.
	3. Prognóstico	Previsão de um futuro próximo baseado na realidade encontrada e a proposição de diretrizes.
Ruschmann (1999)	1. Caracterização geral	Levantamento dos aspectos gerais, geográficos, econômicos e sociais da região objeto de estudo.

	2. Aspectos turísticos (inventário turístico)	Levantamento das condições naturais, culturais, infraestrutura turística, recursos humanos e caracterização da demanda.
	3. Análise/avaliação	Análise dos pontos fortes e fracos, diagnóstico, prognóstico e diretrizes.
Dias (2003)	1. Levantamento da situação (diagnóstico)	Coleta dados, análise das informações obtidas e da situação atual.
	2. Análise do que será planejado	Identificar as alternativas possíveis, formulando hipóteses e propondo diferentes modelos de desenvolvimento.
	3. Elaboração do plano	Critérios e diretrizes gerais do desenvolvimento que deverão ser seguidos nos planos setoriais e nos projetos e programas específicos.
	4. Implantação do plano	Colocação do plano em prática, estando sempre presentes a questão da participação em grande escala.

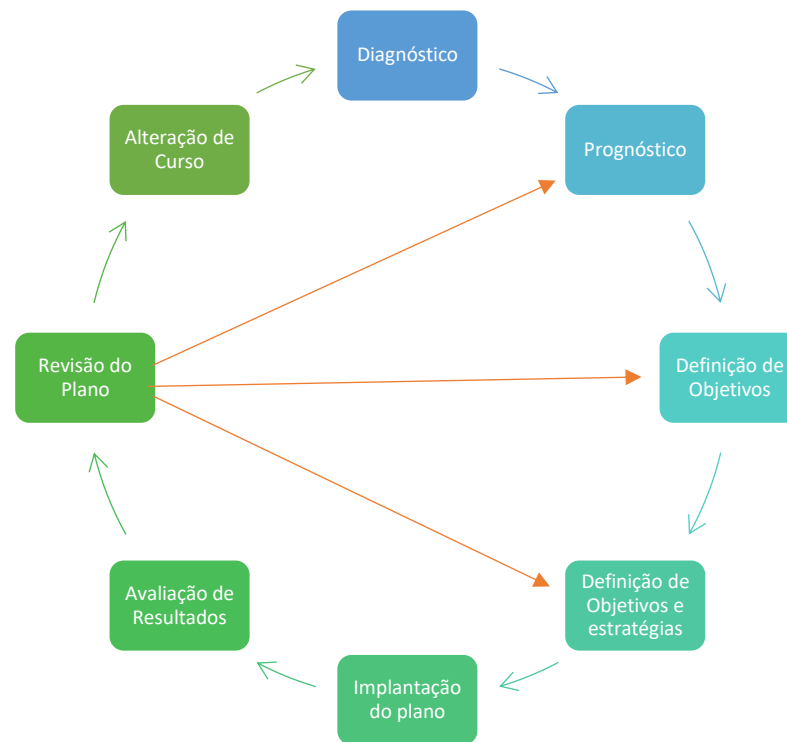
Fonte: Adaptado de Binfaré et. al. (2016, p. 36-37).

Correlacionado com a análise realizada por Binfaré et. al. (2016) no quadro acima, Sampaio (2019, p. 35 - 36) identificou em sua pesquisa que

No tocante a evolução das pesquisas voltadas para o planejamento turístico, bem como, seus enfoques e metodologias específicas, ficou evidente que foi uma temática amplamente estudada por diversos autores – embora carente de atualização –, que ancorados nos princípios da administração, relacionaram essas bases precursoras a realidade do sistema turístico, norteando o desenvolvimento de diretrizes para a elaboração do planejamento turístico dos destinos.

Assim, existe uma necessidade da difusão de pesquisas e estudos que geram uma nova abordagem do planejamento, considerando as tendências do turismo no mundo globalizado, principalmente pelas ocorrências dos últimos anos com a pandemia de Covid-19 e a incidência da guerra entre a Ucrânia e Rússia. É certo que ambas as situações interferiram diretamente na economia mundial, assim como no turismo. Com isso, ressalta-se a importância do ciclo do planejamento que tem seu caráter mutável a partir das inferências de novas variáveis que são analisadas no momento de revisão do plano, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4 - O ciclo do planejamento



Fonte: Ignarra (2003, p. 90)

Ao descrever as etapas do planejamento turístico, Ignarra (2003, p. 85) cita 06 (seis), sendo elas:

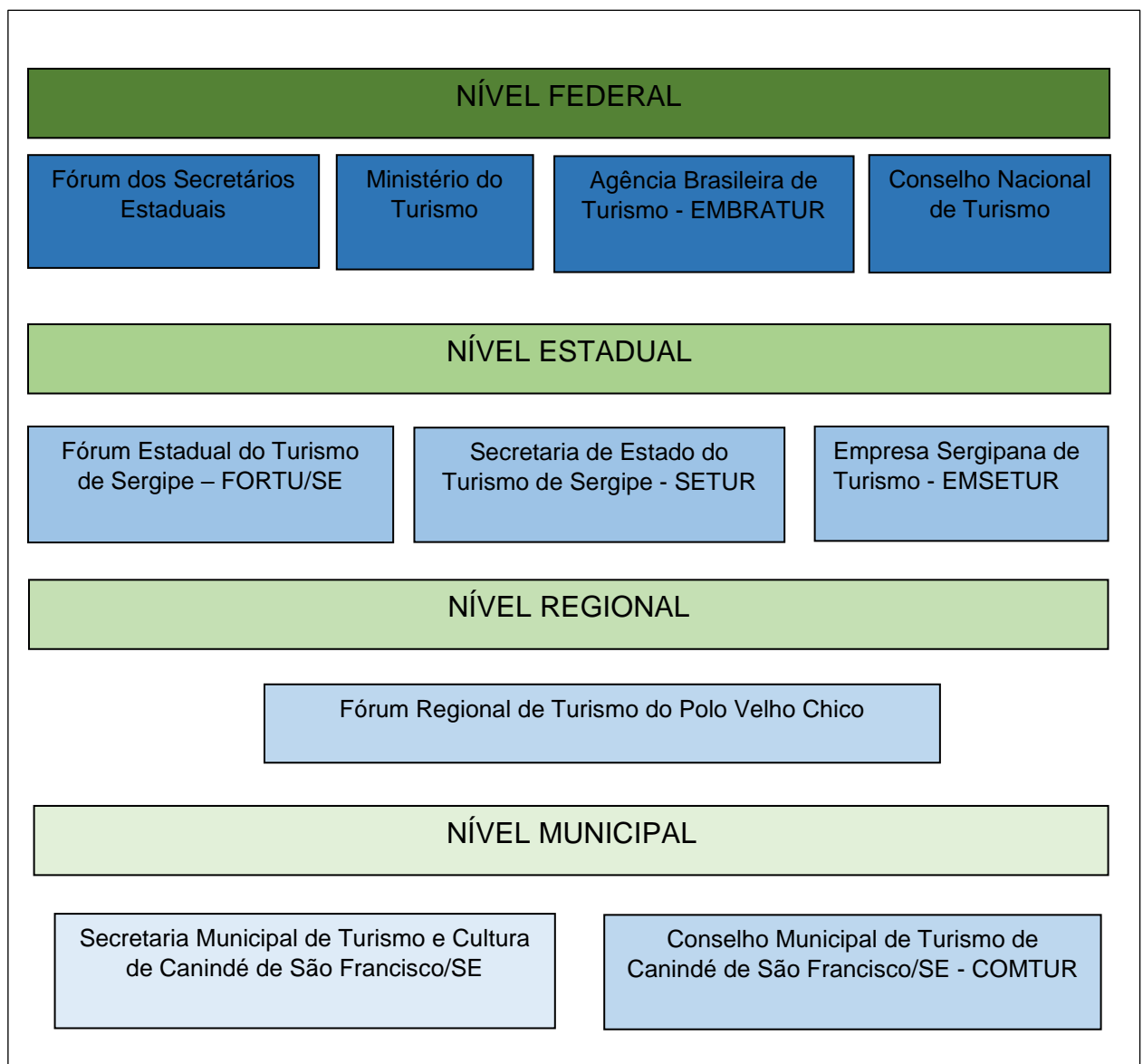
- a) Diagnóstico;
- b) Prognóstico;
- c) Estabelecimento de objetivos e metas;
- d) Definição dos meios de se atingir os objetivos;
- e) Implantação do plano;
- f) Acompanhamento dos resultados.

Importante esclarecer que após a avaliação dos resultados, ou seja, a etapa de acompanhamento dos resultados, deve-se ser realizada uma revisão do plano, caso identificado alterações por novas inferências de variáveis, a exemplo de metas ou objetivos não alcançados, é possível alterar o curso do plano, reavaliar o prognóstico e/ou etapas subsequentes. Essas alterações reforçam a característica do planejamento ser mutável e dinâmico.

1.2. Planejamento turístico no Brasil: gestão e marcos temporais

Passando para uma abordagem prática, no Brasil, o Ministério do Turismo é o órgão superior na esfera Federal que realiza o planejamento turístico no âmbito do território nacional. É comum o lançamento de planos com execução para 04 anos compactuando com o tempo de gestão dos governos. Para melhor entender a estrutura do turismo no Brasil, segue Figura 5 que demonstra os órgãos de turismo no âmbito da gestão pública, considerando o Governo Federal até o nível do município de Canindé de São Francisco/SE, objeto de estudo desta pesquisa.

Figura 5 – Organização do Sistema de Gestão do Turismo - da escala federal a escala municipal



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Observa-se que na atualidade existem órgãos e instâncias de governanças na atividade turística que perpassam na esfera Federal, Estadual e Municipal, bem como regional, fruto do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT). Em sua obra, Maranhão (2017, p. 244) elaborou um quadro com um histórico dos órgãos públicos em âmbito Federal voltado para turismo (Quadro 6).

Quadro 6 – Brasil - histórico de órgãos de turismo em âmbito federal

Instâncias Públicas que regulamentaram o turismo no Brasil de 1939 até 2003	
Período	Instância
1939-1945	Divisão de Turismo e Departamento de Imprensa e Propaganda - Presidência da República;
1945-1946	Departamento Nacional de Informação- Ministério da Justiça e negócios Interiores
1951-1958	Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
1958-1961	Comissão Brasileira de Turismo – Presidência da República;
1961-1966	Divisão de Turismo e Certames, do Departamento nacional do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio;
1966-1990	Ministério da Indústria e do Comércio; EMBRATUR E CNTur;
1990-1992	Secretaria de Desenvolvimento Regional e EMBRATUR;
1992-1996	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, e EMBRATUR;
1996-2002	Ministério de Esportes e do Turismo, e EMBRATUR;
Desde 2003	Ministério do Turismo e Conselho Nacional de Turismo.

Fonte: Maranhão, 2017.

Para Sarti e Queiroz (2012, p. 13), o turismo

[...] nos moldes que conhecemos hoje, se desenvolveu vagorosamente no Brasil. É uma atividade oriunda, principalmente, do aporte do uso de novas tecnologias criadas pela Revolução Industrial, como a melhoria dos transportes marítimos, ferroviários, rodoviários e aéreos. Esse movimento surgiu na Europa e foi incorporado gradativamente nos hábitos dos brasileiros.

Diante dessa afirmação é importante elencar os marcos temporais do Turismo no Brasil (Quadro 7).

Quadro 7 – Síntese dos marcos temporais do turismo no Brasil

PERÍODO	MARCO	AÇÃO
Primeira metade do século XX	Estâncias termais, hidrominerais, climáticas, balneários e cassinos;	Lugares de curas construídos especificamente para práticas lúdicas, houve a requalificação do território e de suas características.
	Divisão de Turismo vinculado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	Criada através do Decreto-Lei nº1.915, de 27 de dezembro de 1939. Tinha a função precípua de superintender e fiscalizar os serviços de turismo internos, quanto aos serviços de turismo dirigidos ao exterior.
	DECRETO-LEI Nº 2.440, DE 23 DE JULHO DE 1940. Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo.	As agências de viagens de turismo, as agências de turismo e as companhias e agências de navegação e de passagens marítimas, fluviais e aéreas poderão organizar, por conta própria, ou em conexão com empresas de transporte e de hospedagem, viagens coletivas de excursão, quando autorizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, e na forma e nas condições que este determinar.
	Existência da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) 1958-1962 e Divisão de Turismo e Certames 1962-1966	Estrutura administrativa voltada ao turismo no desejo de promover uma abordagem estratégica, no trato, na condução e na gestão pública da atividade turística, exercendo funções de planejamento e coordenação da Política Nacional de Turismo (PNT)
1966	Criação de alguns Órgãos Estaduais de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), Decreto-Lei n. 55, de 18/12/1966.	Consolida-se a concepção de que cabe ao Estado planejar, implantar a infraestrutura e viabilizar a superestrutura necessária para a intervenção no território; e, ao empresariado, compete criar as soluções, na forma de negócios destinados ao atendimento das necessidades identificadas, no presente ou no futuro, em determinados lugares.
1971	Contratação da empresa Scet Internacional para elaborar o Projeto Turis – Plano de Aproveitamento Turístico.	Com o objetivo de equacionar o problema turístico no litoral Rio-Santos. Foi aplicado o modelo de planejamento normativo global utilizado na ordenação territorial francês.
	Criação do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) pelo Decreto-Lei Nº 1.191, de 27 de outubro de 1971.	Destinado a fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.

1974	Projeto Rodotur	A Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo cria o Programa de Turismo Rodoviário para o Estado de São Paulo com análise, localização e programação de unidades turísticas ao longo de rodovias.
1984	A Embratur deflagra o processo de inventariação da oferta turística.	O município foi identificado como a unidade de planejamento de onde deveriam partir as informações básicas, obedecendo à metodologia nacionalmente unificada, credenciando-o para obter verbas e financiamentos federais.
1988	Mário Carlos Beni desenvolve o modelo do SISTUR	Mudança de paradigma do planejamento do turismo no Brasil com a cisão sistêmica, consolida como modelo articulador em substituição do modelo fragmentador.
1991	A EMBRATUR passar ser o Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República	Com a missão de formular, coordenar e executar a Política Nacional do Turismo.
	Criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR	A EMBRATUR e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criam o PRODETUR. Este surge a fim de sanar os enclaves de infraestrutura, que ainda impediam o Brasil de assumir um lugar de destaque no setor turístico internacional
1992	Criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo	EMBRATUR é vinculado a este Ministério
1994	Plano Nacional de Turismo (PLANTUR).	Sob a coordenação da Secretaria de Turismo e Serviços (SETS), vinculado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. A principal ação é o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), adota o modelo norte-americano de planejamento participativo que prioriza as ações de planejamento e gestão em âmbito municipal.
		Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
		Criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério do Planejamento, a Superintendência do Desenvolvimento da

2000	Programas de Ecoturismo para Amazônia Legal – PROECOTUR	Amazônia (SUDAM) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Buscava a construção de infraestrutura e o financiamento de empreendimentos turísticos, norteados para a área da Amazônia. O esforço era voltado para combinar a implantação de infraestrutura específica, com a metodologia dos polos (ecoturismo).
2003	Criação do Ministério do Turismo	EMBRATUR passa a ter foco no mercado externo e define-se o Plano Nacional de Turismo 2003-2007 com o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
	Projeto de Normalização e Certificação em Turismo de Aventura	Visava identificar os aspectos críticos da operação responsável e segura desse segmento e subsidiar o desenvolvimento de um conjunto de Normas Técnicas para as diversas atividades.
2004	Programa de Regionalização do Turismo	Focando na região, se constitui como uma das principais políticas para o desenvolvimento do turismo brasileiro.
2005	Plano Aquarela	A EMBRATUR coube difundir os produtos no exterior do Plano Aquarela, este plano foi dividido em fases de diagnóstico, formulação de estratégia de marketing e plano operacional.
	Programa Aventura Segura (PAS)	Uma parceria entre Ministério do Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA). Consagrou como a maior iniciativa de organização e desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo de Aventura, visando fortalecer, qualificar, certificar e estruturar a oferta desses segmentos.
2007	Plano Nacional do Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão	Programa de Aceleração do Crescimento e o Turismo – A partir da experiência de 65 regiões com possibilidade de atendimento em âmbito internacional.
2008	Sanção da Lei Geral do Turismo (LGT) nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.	Estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

2010	Plano Nacional do Turismo 2010 - 2016	Apresenta a regionalização como uma abordagem territorial e institucional para o planejamento
2014	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - (PRONATEC) uma articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Turismo	Programa surge visando qualificar os trabalhadores do setor de turismo, a fim de melhorar a qualidade no atendimento ao turista. Dentre as formações estão as atividades ligadas ao receptivo, cursos de idiomas e libras.
2018	Plano Nacional do Turismo 2018 - 2022	Instrumento que estabelece diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo. O objetivo principal desse documento é ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo.
2020	Plano Estratégico Institucional 2020 -2023	direcionar as ações e os investimentos do Ministério do Turismo (MTur) para o período 2020-2023, fortalecendo a atuação institucional e agregando valor às entregas realizadas para a sociedade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2007), Brasil (2008), Sarti e Queiroz (2012), Araujo e Taschner (2012) Maranhão (2017), Brasil (2018), Brasil (2020) e EMBRATUR (2021).

Como pode ser observado no quadro 7, o Brasil passou por diversas transformações na política pública de turismo, acompanhando as tendências globais, com a institucionalização de seus órgãos de turismo, planos e programas que visaram o desenvolvimento do turismo em âmbito nacional, inclusive com a existência de programas e políticas voltadas específicas para o segmento de Ecoturismo.

1.3. Planejamento do ecoturismo no Brasil

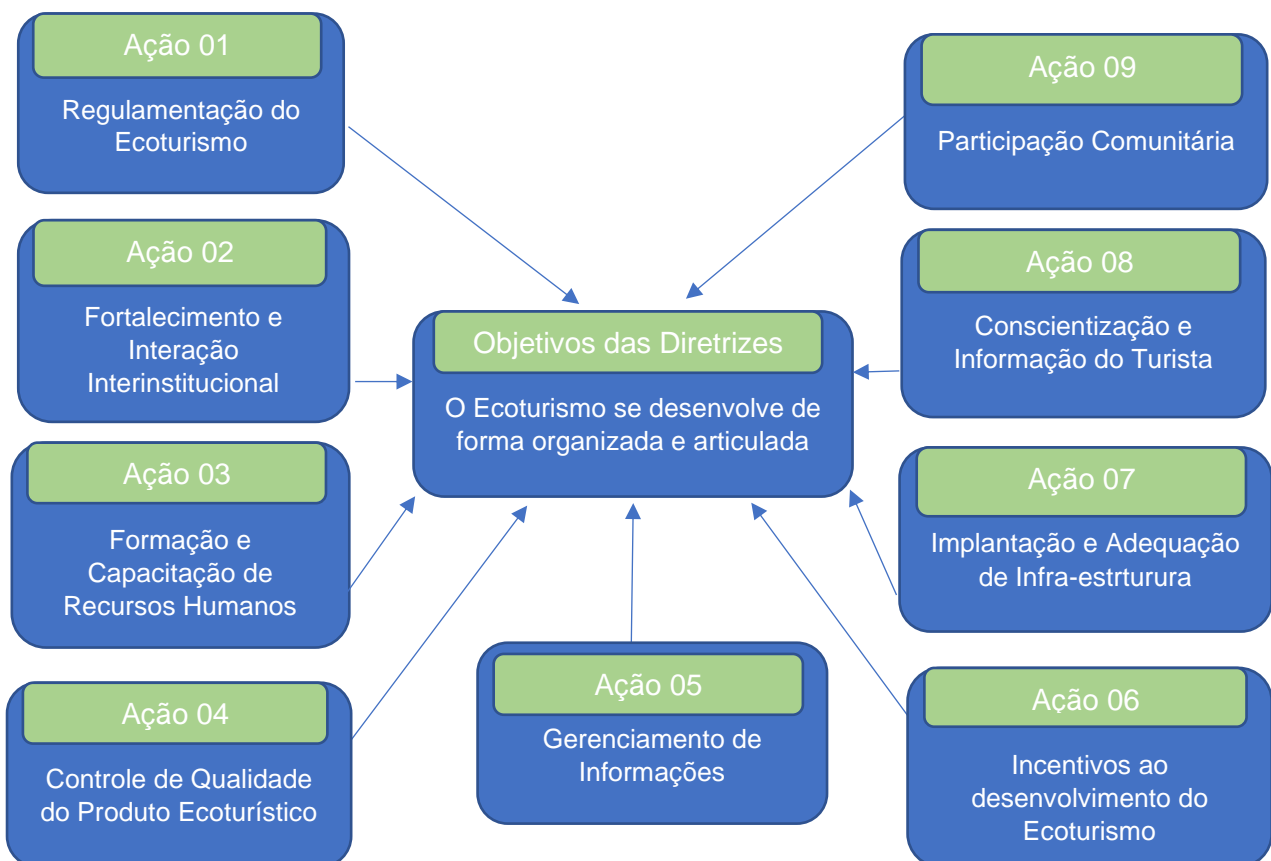
No decorrer sobre as políticas públicas voltadas para o planejamento do segmento de Ecoturismo no Brasil, identifica-se que a primeira iniciativa foi o Projeto de Turismo Ecológico e a criação da Comissão Técnica Nacional em 1987, composta por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR) com objetivo de monitorar as práticas existentes pouco organizadas e sustentáveis (BRASIL, 1994).

Consonante com o objetivo do Projeto de Turismo Ecológico, Correia (2003, p. 25) fortalece a necessidade da criação de políticas públicas voltadas para o Ecoturismo, considerando que

[...] o rápido crescimento do ecoturismo aumentou a pressão sobre os recursos naturais de interesses turísticos, dificultando o planejamento adequado, gerando conseqüências negativas como a degradação ambiental decorrente de infra-estrutura inadequada e acúmulo de lixo gerando poluição, a instabilidade e dependência econômica, quando a geração de emprego e renda é toda decorrente da prática do turismo.

Pode-se acrescentar que para a época, o ecoturismo praticado no Brasil era “[...] uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais [...]” (BRASIL, 1994, p. 9). Assim sendo, desde os primórdios da criação dos órgãos de turismo brasileiro, o ecoturismo não foi a prioridade e passou-se décadas para viabilizar uma política de ordenamento turístico voltado para o ecoturismo, conforme pode ser analisado na Figura 6.

Figura 6 – Ações estratégicas



Fonte: Brasil, 1994.

Ressalta-se que o planejamento do ecoturismo “tem que atentar para a capacidade de carga dos lugares visitados, a integração cultural dos povos, a conservação da base dos recursos naturais utilizados, gerando mecanismos de

distribuição de renda” (CORREIA, 2003, p. 25) considerado assim, um dos tipos de turismo que mais assemelha-se aos pilares do desenvolvimento sustentável.

No documento Diretrizes para Política Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 1994) o quadro II apresenta ações estratégicas para alcançar objetivo das diretrizes que é “o ecoturismo se desenvolve de forma organizada e articulada”. A figura 7 exemplifica a relação do planejamento com suas etapas, consolidando a relação entre a estratégia, objetivo e ação. Cada ação apresentada, tem um objetivo a ser alcançado, assim como suas estratégias e órgãos competentes a executar. Constatam-se que as atividades vinculadas as estratégias ficaram de responsabilidade entre órgãos do IBAMA, EMBRATUR, MICT e MMA, não havendo corresponsabilidade entre os órgãos estaduais e municipais descritos. Com isso, observa-se uma não compatibilização com a proposta do PLANTUR da referida época que tinha o Programa Nacional de Municipalização do Turismo em vigor.

No ano de 2008, o Ministério do Turismo lançou o documento “Ecoturismo: orientações básicas” que faz parte dos

documentos orientativos para o desenvolvimento de segmentos turísticos a partir da noção de território que fundamenta o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com o intuito de oferecer subsídios a gestores públicos e privados, na perspectiva da diversificação e caracterização da oferta turística brasileira (BRASIL, 2008, p. 9).

O documento está dividido em 4 capítulos que abordam:

- 1) O primeiro capítulo “Introdução” aborda a importância de inserir na atividade turística os debates sobre a conservação do meio ambiente e sustentabilidade. Apresenta também uma crítica sobre o turismo de massa e o perfil do ecoturista, justificando-se a importância da biodiversidade do Brasil, o que torna possível diversas experiências de ecoturismo, aliado ao desenvolvimento sustentável.
- 2) O segundo capítulo denominado “Entendendo o Segmento” trata da relação entre Meio Ambiente e turismo, marcos históricos no mundo sobre a preocupação ambiental em eventos, a conceituação, características e fundamentos do Ecoturismo. Nesse capítulo é possível compreender a atividade de ecoturismo, nivelar o conhecimento sobre as práticas

desenvolvidas no segmento e o papel da gestão pública como órgão regulamentador e suas responsabilidades.

- 3) O terceiro capítulo intitulado “Bases para o Desenvolvimento do Ecoturismo” contempla os marcos legais com legislações (turística, ambiental e instrumentos relacionado ao Ecoturismo), além de instrumentos para realização do diagnóstico voltado para a prática do Ecoturismo.
- 4) O quarto capítulo designado “Ecoturismo e Mercado” de forma sucinta trabalha o marketing no ecoturismo e as formas de promoção e comercialização com apresentação do fluxo do canal de distribuição do ecoturismo no Brasil.

Considerando as ausências de políticas públicas norteadoras para o desenvolvimento do ecoturismo e a falta de uma política nacional voltada para o segmento, esse instrumento foi de suma importância como continuidade aos objetivos a serem alcançados no documento Diretrizes para Política Nacional de Ecoturismo. No entanto, dessa vez ocorre uma compatibilização com o proposto no Plano Nacional de Turismo vigente e o Programa de Regionalização do Turismo, a ser aprofundado no ano de 2010, com a segunda edição que traz de forma mais detalhada ações sobre o cenário do ecoturismo no Brasil e mecanismos para o desenvolvimento do segmento.

Por fim, compreende-se que o potencial do Ecoturismo no Brasil é imensurável e a ausência de políticas públicas nacionais não proporcionaram o uso eficaz e eficiente dos recursos existentes, necessitando de um planejamento voltado ao ecoturismo de forma prioritária.

CAPÍTULO 2 - PLANEJAMENTO DO TURISMO EM ÁREAS NATURAIS: ECOTURISMO EM QUESTÃO

Neste capítulo será abordada a prática do turismo em áreas naturais (Turismo de Natureza), Unidade de Conservação e seu órgão gestor, transpassando pela discussão conceitual sobre o ecoturismo, as experiências do Programa Aventura Segura no Brasil e análises das práticas do ecoturismo no estado de Sergipe.

2.1. Percorrendo o turismo em áreas naturais: unidades de conservação e ecoturismo

O Brasil é conhecido por sua biodiversidade e pela predominância dos ecossistemas com fauna, flora, relevo e climas distintos, inclusive a existência do bioma caatinga, exclusivamente brasileiro, no qual o município de Canindé de São Francisco está inserido.

As áreas naturais brasileiras são comumente utilizadas para diversas atividades fins, sejam elas econômicas, de moradia ou de lazer. Tratando-se da atividade turística nessas áreas, torna-se possível trabalhar com os segmentos turísticos prioritários determinados pelo Ministério do Turismo, sendo estes: turismo de pesca, turismo náutico, turismo de aventura, turismo de sol e praia, turismo rural e ecoturismo (BRASIL, 2006). Além dos segmentos de turismo arqueológico e turismo pedagógico que suas bases conceituais estão em construção, mas são praticados pelo mercado a partir de nichos específicos.

Neste estudo será abordada a atividade turística em áreas naturais ampliando-se para a terminologia turismo de natureza, baseando-se na definição proposta por Silva (2013, p. 165) que aponta que o

turismo na natureza é constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais.

Assim sendo, o turismo praticado com visitação turística em áreas naturais de forma generalista pode ser classificado como turismo de natureza, por sua abrangência territorial e/ou pela motivação fim de usufruto do contato com ambiente natural. A escolha dessa definição, dar-se pela ausência de consenso referente a terminologia, ao conceito e a taxonomia em âmbito internacional sobre o turismo de

natureza, conforme exposto nas pesquisas de Silva (2013), Sousa (2014) e Martins e Silva (2018). A Figura 7, elaborada por Sousa (2014) com base em suas pesquisas, retrata as diversas formas de nomenclaturas utilizadas como semelhantes ao Turismo de Natureza (TN).

Figura 7 - Algumas designações dadas ao turismo de natureza



Fonte: Sousa, 2014.

Outro fator motivacional para esta escolha, é por considerar que o turismo de natureza engloba o Turismo de Aventura, Turismo Pedagógico, Ecoturismo e outras práticas de atividades turísticas executadas no turismo ao ar livre (MCKERHER, 2002).

Nesse contexto, torna-se importante mencionar que no Brasil, as áreas naturais protegidas são regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza (SNUC), criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000², englobando Unidades de Conservação (UC) em âmbito federal, estadual e municipal.

É possível identificar em sua estrutura que o SNUC se encontra sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e conta com a supervisão do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e participação das três esferas do poder público (federal, estadual e municipal), com respectivas secretarias e conselhos. A instituição do SNUC teve como objetivo

[...] potencializar o papel das UCs, de modo que sejam planejadas e administradas de maneira integrada, e que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações de espécies, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representados no território nacional e nas águas jurisdicionais (MMA, 2022)³.

As Unidades de Conservação são áreas naturais que têm a premissa da conservação da vegetação nativa, biodiversidade e outras riquezas naturais brasileiras. Na Lei supracitada que institui o SNUC e Regulamenta o Art. 225, § 1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, entende-se por Unidades de Conservação

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000)⁴.

O Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB, 2022)⁵ corrobora com o conceito de Unidades de Conservação ao dizer que são

áreas com características naturais de relevante valor, com garantias de proteção e mantidas sob regimes especiais de administração. Devem ser legalmente constituídas pelo poder público, sejam elas de domínio público (federais, estaduais ou municipais) ou de propriedade privada, com objetivos e limites claramente definidos.

²Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc>, acessado em 26 de julho de 2022.

³BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc>, acessado em 25 de julho de 2022.

⁴BRASIL. Casa Civil. Lei de Criação do SNUC. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm, acessado em 26 de julho de 2022.

⁵INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL. Disponível em <http://www.ecobrasil.eco.br/conceitos/ambientais>, acessado em 26 de julho de 2022.

O Ministério do Meio Ambiente (2021)⁶ ao discutir a importância das UC afirma que são espaços que podem ser utilizados para a prática do ecoturismo, pesquisa científica, proteção de nascentes, conservação do solo, entre outros, ou seja, apresentam benefícios para toda a sociedade.

Assim sendo, considerando que o Ecoturismo é uma das possíveis utilizações das Unidades de Conservações, torna-se relevante realizar discussões referentes ao tema. No Brasil, o documento “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo” (MICT/MMA, 1994, p. 19) define o ecoturismo como

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Tal conceito também é compartilhado no documento do Ministério do Turismo intitulado “Ecoturismo: Orientações básicas” (BRASIL, 2010), sendo utilizado para as orientações das políticas públicas para o segmento do ecoturismo. Observa-se que o conceito carrega em si termos mercadológicos ao considerar como segmento, além de utilizar-se de uma abordagem com premissas da sustentabilidade ao tratar do uso dos patrimônios, englobando a educação ambiental como parte da visitação e os benefícios para comunidade receptora.

De fato, trata-se de um conceito que sofreu transformações ao longo das décadas, principalmente através das influências resultantes das discussões mundiais, a exemplo da Convenção de Estocolmo (1972) e a Convenção da Biodiversidade Biológica (1992) no evento ECO 92, realizado na cidade do Rio de Janeiro, que resultou na Agenda 21, constando a educação ambiental como item a ser alcançado.

A discussão continuou presente, o que culminou com a elaboração da Agenda 2030, consolidando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no evento intitulado Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável que ocorreu em Nova York, no ano de 2015 (GOMES; GONÇALVES, 2020).

⁶ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Áreas Protegidas e Ecoturismo. Disponível em <https://antigo.mma.gov.br/temas/%C3%A1reas-protegidas-e-ecoturismo.html>, acessado em 11 de outubro de 2021.

Em meio as essas discussões, os órgãos federais do Brasil permanecem há décadas reproduzindo o conceito de Ecoturismo, com poucas ações efetivas de abrangência territorial, a serem pontuadas as de destaque no decorrer desse trabalho.

Ampliando a discussão para o âmbito internacional, destaque-se a Sociedade Internacional de Ecoturismo que corporifica a definição de ecoturismo como “viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação” (2015)⁷. Tal definição corrobora com a escolha deste trabalho de utilizar o entendimento de turismo de natureza como semelhante ao turismo em áreas naturais, por ambas as terminologias referenciarem o espaço territorial em que atuam com a prática de atividades turísticas voltadas para o segmento de ecoturismo.

De forma ampla, Martins e Silva (2018, p. 488) afirmam que

A definição do ecoturismo carrega princípios solidificados e relacionados à ética ambiental, à experiência efetiva com a natureza, aos benefícios para a comunidade local, à conservação do meio ambiente, à minimização de impactos, à consciência ambiental por parte dos turistas, entre outros aspectos.

Ao apresentar os conceitos de ecoturismo percebe-se que se trata de um segmento que se difere do turismo de massa, tendo em vista que conforme aponta Bezerra (2009, p. 04)

O processo econômico fordista de produção em massa empresta sua forma de funcionamento à atividade turística e após a Segunda Guerra “nasce” o turismo de massa que tem como objetivo conduzir grande número de pessoas a determinado lugar com preço reduzido, também conhecido como turismo de sol e mar. Essa forma de turismo traz a ideia de “democratização do turismo” uma vez que antes só a elite fazia suas viagens.

Entretanto, torna-se importante frisar que é possível trabalhar o turismo de sol e mar com controle, respeitando a capacidade de carga através de um planejamento turístico e associando-o à produtos complementares baseados em outros segmentos turísticos, a exemplo do turismo cultural (visitação a monumentos mundialmente conhecidos), turismo de eventos (megaeventos) e turismo de lazer.

⁷The International Ecotourism Society. What is ecotourism. Disponível em <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>, acessado em 02 de agosto de 2022.

Partindo-se desse contexto, observa-se que há um contraponto entre o turismo de massa e o ecoturismo visto que este “compreende uma tríplice pirâmide (interpretação, conservação e sustentabilidade), tendo como diferencial os produtos ecoturísticos, onde é agregado o valor intrínseco dos recursos naturais” (SANTANA, 2018, p. 15).

Assim sendo, o ecoturismo torna-se um serviço mais especializado, seletivo e que busca respeitar a capacidade de carga do ambiente de forma a ser mensurada, uma vez que é realizado o controle do número de visitantes. Além disso, pode-se destacar outras características do ecoturismo, considerando os princípios propostos por Salvati (2003, p. 43):

- a) O ecoturismo deve contribuir para a conservação do meio ambiente;
- b) O ecoturismo deve promover, onde possível, a valorização cultural das comunidades, bem como sua capacitação para o gerenciamento participativo e de mínimo impacto dos recursos envolvidos;
- c) O ecoturismo deve buscar a diversificação e integração econômica para a melhoria da qualidade de vida das comunidades;
- d) No desenvolvimento do ecoturismo, a integração e equilíbrio entre conservação ambiental, respeito pela cultura local e a diversificação de atividades econômicas devem ocorrer via processo participativo.

No entanto, vale salientar que a satisfação e a experiência do turista não devem sobrepor a relação com o meio e os princípios da sustentabilidade. Assim sendo, torna-se importante que os profissionais de turismo e empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo conheçam as normas técnicas estabelecidas pela ABNT para atividade de ecoturismo e turismo de aventura.

2.2 Ecoturismo: Brasil e Sergipe suas práticas e experiências

Atualmente, existem 41 normas disponíveis e vigentes no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA (2016)⁸,

No passado, o turismo em ambientes naturais no Brasil poderia significar precariedade, desconfortos e riscos desnecessários. Hoje em dia, já não

⁸ ABETA. **Aventura Segura**. Disponível em <https://abeta.tur.br/pt/aventura-segura/>. Acessado em 10 de janeiro de 2022.

precisa mais ser assim. A emoção e aventura continuam, mas agora o ecoturismo e turismo de aventura podem ser sinônimos de descobertas, diversão e segurança para todos os amantes da vida ao ar livre. É turismo com gestão, procedimento, normas e qualificação.

No Brasil, o marco temporal para mudança de paradigma do Ecoturismo e Turismo de Aventura foi o Programa Aventura Segura (PAS) iniciado no ano de 2006, executado pela ABETA em parceria com o Ministério do Turismo e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O referido programa tem como objetivo geral organizar e desenvolver o ecoturismo e o turismo de aventura, visando o fortalecimento, a qualificação, certificação e estruturação da oferta desses segmentos. (ABETA; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011).

Em concordância com o Plano Nacional de Turismo vigente o Programa Aventura Segura em seus objetivos específicos contemplou:

1. Fortalecimento institucional do segmento;
2. Qualificação e capacitação de condutores, empresários e profissionais;
3. Desenvolvimento de capacidade de resposta a emergências e acidentes;
4. Ampla disseminação da cultura da qualidade e da segurança para a operação responsável e segura das atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura;
5. Subsídio às iniciativas de certificação com base nas Normas Técnicas de Turismo de Aventura da ABNT. De acordo com (ABETA; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011, p. 27).

Desta forma, trata-se de um programa de posicionamento dos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura no mercado, consolidando estratégias na qualificação, segurança das atividades e regulamentação.

Este programa configurou-se fonte de desenvolvimento econômico para 17 regiões do Brasil (Figura 8) que foram estabelecidas a partir de critérios que versam sobre a “[...] presença de empresas formalizadas, o fluxo turístico nacional e internacional, a não incidência de turismo sexual infantil, a existência de Unidades de Conservação e a mobilização a partir de um sistema associativo na região” (ABETA; Ministério do Turismo, 2011, p. 29).

Ao analisar o mapa com a distribuição das regiões contempladas, identifica-se que a região sudeste foi que apresentou mais iniciativas totalizando 07 (sete). No entanto, o estado do Espírito Santo não foi contemplado, diferente da região sul que em cada estado foi agraciado com uma iniciativa. Ambas as regiões possuem mais

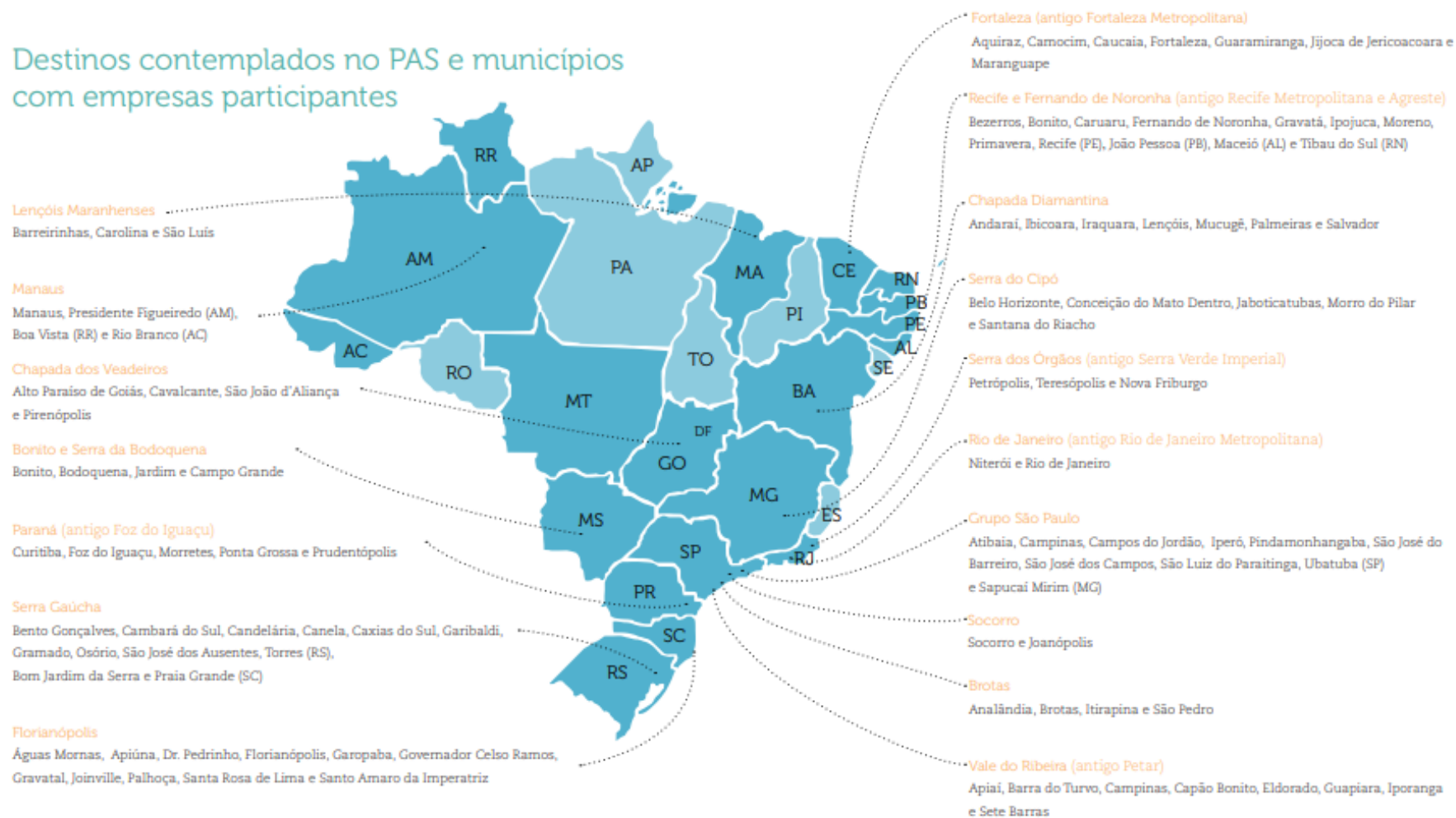
de 60% de todas as iniciativas, algo que se deve refletir sobre a distribuição de recursos, a presença de infraestrutura e o fluxo turístico destas regiões, sobrepondo-se a potencialidade existentes nas regiões norte, centro-oeste e nordeste.

Vale ressaltar que no estado de Sergipe não foi escolhida nenhuma iniciativa para participar do Programa Aventura Segura, possibilitando reafirmar a ausência de iniciativas privadas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, bem como a falta de políticas públicas estaduais voltadas para estes segmentos.

Além disso, o PAS está baseado em 32 normas técnicas oficiais (Quadro 8) para ambos os segmentos turísticos, o que se tornou fonte de desenvolvimento econômico qualificado, certificado e estruturado, com padrões de qualidade e segurança para oferta das atividades.

Figura 8 – Brasil - destinos contemplados no PAS

Destinos contemplados no PAS e municípios com empresas participantes



Fonte: Programa Aventura Segura: concepção, metodologia e resultados, 2011.

Quadro 8 - Normas técnicas da ABNT para o turismo de aventura e ecoturismo

Normas ABNT	Atividades	Competência	Publicação	
NBR 15285	Turismo de aventura	Condutores	Competências de pessoal	29/05/2015
NBR ISO 21101	Turismo de aventura	Sistemas de gestão da segurança	Requisitos	24/11/2014
NBR 15334	Turismo de aventura	Sistemas de gestão da segurança	Requisitos de competências para auditores	30/04/2006
NBR ISO 21103	Turismo de aventura	Informações a Participantes	-	24/11/2014
NBR 15500	Turismo de aventura	Terminologia	-	24/11/2014
NBR 15397	Turismo de aventura	Condutores de montanhismo e de escalada	Competências de pessoal	25/09/2006
NBR 15398	Turismo de aventura	Condutores de caminhada de longo curso	Competências de pessoal	25/09/2006
NBR 15383	Turismo de aventura	Condutores de turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues	Competências de pessoal	24/07/2006
NBR 15453	Turismo de aventura	Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues	Requisitos para produto	24/12/2006
NBR 15370	Turismo de aventura	Condutores de rafting	Competências de pessoal	31/05/2006
NBR 15399	Turismo de aventura	Condutores de espeleoturismo de aventura	Competências de pessoal	30/10/2006
NBR 15503	Turismo de aventura	Espeleoturismo de aventura	Requisitos para produto	16/06/2008
NBR 15400	Turismo de aventura	Condutores de canionismo e cachoeirismo	Competências de pessoal	11/12/2006
NBR 15501	Turismo de aventura	Técnicas verticais	Requisitos para produto	16/03/2011
NBR 15502	Turismo de aventura	Técnicas verticais	Procedimentos	16/03/2011
NBR 15505-1	Turismo com atividades de caminhada	Parte 1	Requisitos para produto	18/02/2008
NBR 15505-2	Turismo com atividades de caminhada	Parte 2	Classificação de percursos	18/02/2008
NBR 15509	Cicloturismo	Parte 1	Requisitos para produto	13/08/2007
NBR 15507-1	Turismo equestre	Parte 1	Requisitos para produto	09/06/2008
NBR 15507-2	Turismo equestre	Parte 2	Classificação de percursos	09/06/2008

NBR 15508-1	Turismo de aventura	Parques de arvorismo	Parte 1: Requisitos das instalações físicas	03/03/2011
NBR 15508-2	Turismo de aventura	Parques de arvorismo	Parte 2: Requisitos de operação	03/03/2011
NBR 24801-1	ISO Serviços de mergulho recreativo	Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos	Parte 1: Nível 1 – Mergulhador supervisionado	28/01/2008
NBR 24801-2	ISO Serviços de mergulho recreativo	Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos	Parte 2: Nível 2 – Mergulhador autônomo	28/01/2008
NBR 24801-3	ISO Serviços de mergulho recreativo	Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos	Parte 3: Nível 3 – Condutor de mergulho	28/01/2008
NBR 24802-1	ISO Serviços de mergulho recreativo	Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo	Parte 1: Nível 1	28/01/2008
NBR 24802-2	ISO Serviços de mergulho recreativo	Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo	Parte 2: Nível 2	28/01/2008
NBR ISO 24803	Serviços de mergulho recreativo	Requisitos para prestadores de serviços de mergulho autônomo recreativo		28/01/2008
NBR ISO 11107	Serviços de mergulho	Recreativo	Requisitos para programas de treinamento no mergulho com nitrox – Ar enriquecido (EAN)	27/09/2012
NBR ISO 11121	Serviços de mergulho recreativo		Requisitos para programas de treinamento introdutório ao mergulho autônomo	27/09/2012
NBR ISO 13289	Serviços de mergulho	Recreativo	Requisitos para conduta de atividades de <i>snorkeling</i>	27/09/2012
NBR ISO 13970	Serviços de mergulho	Recreativo	Requisitos para treinamento de condutores de <i>snorkeling</i>	27/09/2012

Fonte: Adaptação do documento 32 Normas Técnicas ABNT de Turismo de Aventura, 2022.

Ao analisar os principais documentos norteadores voltados para políticas públicas e o desenvolvimento do turismo no estado de Sergipe, identifica-se no PDTIS do Polo Costa dos Coqueirais (SERGIPE, 2013), que os municípios sergipanos de Pacatuba e Pirambu apresentam o ecoturismo e turismo de sol e praia como segmentos turísticos principais, além de outros municípios desse polo apresentarem como atividade complementar. Por outro lado, no PDTIS do Polo Velho Chico (SERGIPE, 2012), com exceção dos municípios de Japoatã, Itabi e Nossa Senhora da Glória, todos os demais 14 municípios, apresentaram potencial para desenvolver o ecoturismo, como pode ser visto no quadro abaixo (Quadro 9).

Quadro 9 – Sergipe - síntese dos atrativos e atividades turísticas por município do polo Velho Chico com aptidão para ecoturismo

Município	Município Atrativos Turísticos	Caráter das atividades existentes ou potenciais	Segmento Potencial
Canindé de São Francisco	Rio São Francisco; Lago e Usina Hidroelétrica; Cânion de Xingó; Gruta do Talhado e outras formações rochosas peculiares; Orlas, praias fluviais e ilhas.	Contemplação do ambiente natural, Lazer de praia, passeios de barco e de pesca	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo Náutico
	Bioma Caatinga (Trilhas Ecológicas); Vale dos Mestres; Cachoeira da Curva.	Lazer de aventura, trilhas e contemplação da natureza, trilhas	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo Aventura
Poço Redondo	Rio São Francisco; Rio Jacaré.	Lazer de praia, náutico e de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico Pesca
	Trilhas; Cachoeiras; Serra da Guia; Monumento Natural Grota do Angico;	Trilhas, aventura e contemplação da natureza.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo Aventura
Porto da Folha	Rio São Francisco; Ilha do Ouro.	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico • Pesca
Monte Alegre de Sergipe	Trilhas; Bioma da Caatinga.	Trilhas	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo Aventura

Gararu	Serras da Melancia Tabanga e Queimadas; Trilha do Diogo; Cavernas (destaque para o Buraco da Maria Pereira).	Trilhas, aventura e contemplação da natureza.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Aventura
Nossa Senhora de Lourdes	Rio São Francisco.	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e Praia • Náutico • Pesca
Canhoba	Rio São Francisco; Lagoa Canhoba; Riachos: Cancelo, Mão Direita e Juariba.	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico • Pesca
	Serra do Retiro; Cachoeirinha do Retiro; Grutas da Aroeira e das Bestas; Pedra do Monjolo.	Trilhas, aventura e contemplação da natureza.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Aventura
Amparo de São Francisco	Rio São Francisco; Prainha do Amparo; Lagoa do Campinho e do Morro da Velha; Pesca artesanal.	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico • Pesca
Telha	Rio São Francisco; Praia fluvial de Adutora;	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico • Pesca
Propriá	Rio São Francisco	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico • Pesca
Cedro de São João	Rio São Francisco Ilha da Ostra; Lagoas: do Cedro, da Gameleira e a Seca.	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico • Pesca
Santana do São Francisco	Rio São Francisco; Praia fluvial de Nossa Senhora da Saúde.	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico • Pesca
Neópolis	Rio São Francisco (foz); Praias fluviais de Saramén e da Capivara; Ilhas do Nozinho e da Saúde; Lagoas; Balsa.	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico • Pesca

	Morro do Aracaré.	Trilhas, aventura e contemplação da natureza.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Aventura
Ilha das Flores	Estuário do Rio São Francisco; Praias fluviais; Ilhas;	Lazer de praia, passeios de barco, contemplação da natureza e lazer de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Sol e praia • Náutico • Pesca

Fonte: Elaboração própria, adaptação da Tabela 02: Síntese dos Atrativos e atividades turísticas por município. (PDTIS, 2012).

Após alguns anos da propagação dos planos para instituições, órgãos e sociedade, foi realizado no ano 2018, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o estudo intitulado “Caracterização da Demanda Turística de Sergipe”, no qual se identificou que “os segmentos prioritários para o desenvolvimento de produtos e circuitos em Sergipe são o Cultural e o Ecoturismo, citados respectivamente por 15% e 13% dos entrevistados” (SERGIPE, 2018, p. 39). Tais dados comprovam que existe um percentual de turistas que já visitam o estado e enxergam os potenciais apontados anteriormente no PDTIS.

Ao analisar o Plano Estratégico do Governo do Estado de Sergipe (2019 – 2022), a única menção ao Ecoturismo encontra-se na página 89, ao referir-se sobre os potenciais segmentos turísticos que podem ser trabalhados no estado de Sergipe. Com isso, observa-se que depois de uma década de investimentos para a elaboração dos PDTIS, tem-se ainda o Ecoturismo como potencial, o que enfatiza ausência da ação pública associada a iniciativa privada para estruturação do Ecoturismo e incipientes ações voltadas para o estímulo das práticas turísticas em áreas naturais.

Apesar do segmento de Ecoturismo ser apontado, nas pesquisas citadas nos parágrafos anteriores, como uma alternativa para desenvolver o turismo em diversos municípios sergipanos, identificou-se que o único município que criou uma legislação voltada para a prática do Ecoturismo em áreas naturais no estado de Sergipe foi o município de Itabaiana/SE. Trata-se da Lei nº 2.512/2021, que estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços de visitação e turismo realizados por condutores ambientais locais nas áreas do município e implantou o curso de Conductor Ambiental em parceria com Instituto Federal de Sergipe – Campus Itabaiana (PREFEITURA DE ITABAIANA, 2021).

Assim sendo, fica evidente a necessidade de elaboração de documentos normativos que estabeleçam orientações e diretrizes para a implantação do ecoturismo em âmbito municipal, a fim de conduzir todos os atores envolvidos com a prática, a desenvolver um turismo que atenda aos princípios deste segmento, aos quais são concomitantes ao alcance do planejamento do turismo sustentável.

De acordo com Santos (2017, p. 70, tradução nossa), este planejamento pautado na sustentabilidade deve ser pensado

[...] como um produto da iniciativa política, pública ou privada, juntamente com a participação imprescindível da população local, que adapta marcos institucionais e legais, da mesma forma que associam os instrumentos de planejamento e gestão a um desenvolvimento turístico baseado no equilíbrio das esferas da sustentabilidade.

Dessa forma, o município de Canindé de São Francisco, caso deseje consolidar-se no segmento de ecoturismo, deve promover políticas públicas voltadas ao ecoturismo, estimular inclusão da comunidade local na atividade turística por meio do empreendedorismo e qualificação da mão-de-obra, além da criação de instrumentos de normatização da prática de ecoturismo no município, resguardando a segurança dos entes envolvidos e a imagem do destino.

CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA DO ORDENAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ECOTURÍSTICAS EM CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO

O turismo é um fenômeno social com capacidade de transformar uma sociedade, resgatar e fortalecer as tradições e promover a proteção do patrimônio natural e histórico, quando trabalhado de forma responsável, baseando-se no princípio da sustentabilidade. Desta forma, este capítulo visa caracterizar o destino turístico Canindé de São Francisco e o impacto da ausência do planejamento.

3.1. Caracterização do município

O município de Canindé de São Francisco está localizado no noroeste do estado de Sergipe, no Alto Sertão Sergipano, e dista 213 km de Aracaju, capital de Sergipe (Figura 9).

Figura 9 – Sergipe - localização de Canindé de São Francisco, 2023



Fonte: IBGE, 2021.

A história do município de Canindé de São Francisco divide-se em antes e depois da chegada da Usina Hidrelétrica de Xingó - UHE Xingó na região. Por volta de 1936, às margens do rio São Francisco, havia dois povoados que se dividiam em Canindé de São Francisco de cima e Canindé de São Francisco de baixo (Foto 1), sendo que este último povoado foi desocupado para dar lugar a UHE Xingó.

Foto 1 – Antiga cidade Canindé de São Francisco - “Canindé de baixo”



Fonte: Acervo Pessoal de Eleonora Albuquerque, 2021.

De acordo com Lima (2022, p. 49),

A construção da Usina Hidrelétrica de Xingó modificou a natureza da região e aniquilou comunidades tradicionais que ali viviam. Um processo perverso que termina com a construção de uma nova sede do município, justificada pela ideologia do progresso que se estabelecia naquele contexto de desenvolvimento, decorrente do processo de industrialização intensa do país.

Porém, outra cidade conhecida como “Nova Canindé” foi construída para abrigar os moradores locais. Assim, em 6 de março de 1987, surge a atual cidade (Foto 2) que foi projetada com áreas administrativas, comerciais e residenciais e, desde então, o município vem se consolidando como uma ótima opção para o mercado de turismo, investindo em infraestruturas turísticas e qualificação da mão de obra (IBGE, 2020).

Foto 2 – Canindé de São Francisco – centro da cidade

Fonte: Flávio Falaschi, 2021.

Algumas instituições, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), AMBIENTE BRASIL e BRASIL CHANNEL, apresentam informações sobre aspectos econômicos, sociais, geográficos, ambientais, históricos e políticos de Canindé de São Francisco que foram compilados e apresentados no quadro abaixo (Quadro 10).

Quadro 10 – Canindé de São Francisco – informações básicas sobre o município, 2022

DADOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO (SE)	
Ano de Fundação do Município	25 de novembro 1953
População estimada 2021 (IBGE)	30.894 – habitantes
População no último censo 2010	24.686 – habitantes
Densidade demográfica 2010 (IBGE)	27,36 hab./km ²
Área da unidade territorial (2020)	934,469 km ²
CEP	49820-000
Localização	Município do Sertão de Sergipe
Gentílico	Canindeense
Altitude	68 metros
Coordenadas Geográficas	Latitude: S:09°38'40" / Longitude: W: 37° 37' 16"
Municípios Limítrofes	Poço Redondo (SE), Piranhas (AL), Paulo Afonso (BA), Santa Brígida (BA) e Pedro Alexandre (BA)
Temperatura Média Anual	32 C°

Bairros e Povoados	Bairros: Olaria, Agrovila, Torre, Trevo, Novo, Anderson Gomes de Andrade e Beira Rio. Povoados: Curitiba, Capim Grosso, Cuiabá.
Distância da capital	213 km
Mesorregião	Sertão Sergipano
Microrregião	Sertão Sergipano do São Francisco
Principais vias de acesso	Rodovia SE 230 - SE 303 - AL 225
Clima	Quente com baixo índice de chuva durante o ano, período chuvoso de março a julho.
Bioma	Caatinga
Bacias Hidrográficas e Principais mananciais:	Bacia do Rio São Francisco, Rio Curitiba e Riacho Lajedinho
Solo	Bruno Não Cálcico, Planosol, Regasol Distrófico e Solos Litólicos Eutróficoss
Reservas Naturais	Monumento Natural do Rio São Francisco Monumento Natural Grota do Angico Parque Municipal Lagoa do Frio
Operadoras de Telefonia	VIVO, OI, TIM, CLARO
Prefixo de telefonia	(79)
IDHM 2010 (IBGE)	0,567
PIB per capita (2019)	R\$ 88.713,54
Pessoal ocupado (2019)	3.061 pessoas
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019]	2,8 salários mínimos
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (2010)	51,9 %

Fontes: Elaboração própria adaptação dos sites do IBGE, EMDAGRO, AMBIENTE BRASIL e BRASIL CHANNEL, 2022.

Canindé de São Francisco é um dos principais destinos turísticos do estado de Sergipe, situado na região turística Polo Velho Chico, região esta que possui 17 municípios compreendendo os territórios do Alto Sertão e Baixo São Francisco Sergipano (Figura 10). De acordo com o PDITS do Polo Velho Chico (SERGIPE, 2012, p. 2),

O polo desenvolve-se ao longo das margens do rio São Francisco por, praticamente, toda a extensão que banha o estado de Sergipe – aproximadamente 180 km – desde o extremo leste do Estado, até o extremo oeste, no oceano Atlântico.

Figura 10 – Sergipe - polo Velho Chico, 2022



Fonte: PDTIS; Technum Consultoria, 2012.

Ao longo dos anos, o município de Canindé de São Francisco, teve forte presença de investimentos com recursos oriundos de programas do MTUR, a exemplo do Investe Turismo que atuou por meio de quatro eixos estratégicos: 1 - Fortalecimento da Governança; 2 - Melhorias de Serviços e Atrativos Turísticos; 3 - Marketing Turístico e apoio à comercialização; e 4 – Atração de investimentos e apoio ao acesso a serviços financeiros⁹ e do BID via Programa de Desenvolvimento do Turismo de Sergipe na construção, em duas etapas, da Orla Salomão Porfírio de Britto (Foto 3), conforme apontado no relatório da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte (SETURCE) (CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO, 2019).

⁹ Investe Turismo parcerias para transformar destinos. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/mtur-cartilha-investe-turismo-pdf>, acessado em 11/01/2023.

Foto 3 – Canindé de São Francisco - orla Salomão Porfírio de Britto, 2023



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A Orla Salomão Porfírio de Britto é um equipamento turístico e de lazer com estruturas de bares e restaurantes, campo *society*, área de banho no Rio São Francisco, estacionamento gratuito, jogo de mesas e cadeiras com sombreiros, equipe de guarda-vidas e de limpeza todos os dias, esgotamento sanitário com estação de tratamento, com vista para a Usina Hidrelétrica de Xingó e para a ponte Delmiro Gouveia que liga os estados de Sergipe e Alagoas. A partir dos recursos provenientes do PRODETUR/SE, a Orla, além de ser um espaço de lazer para a comunidade local, se converteu em um atrativo turístico representativo para a prática turística local.

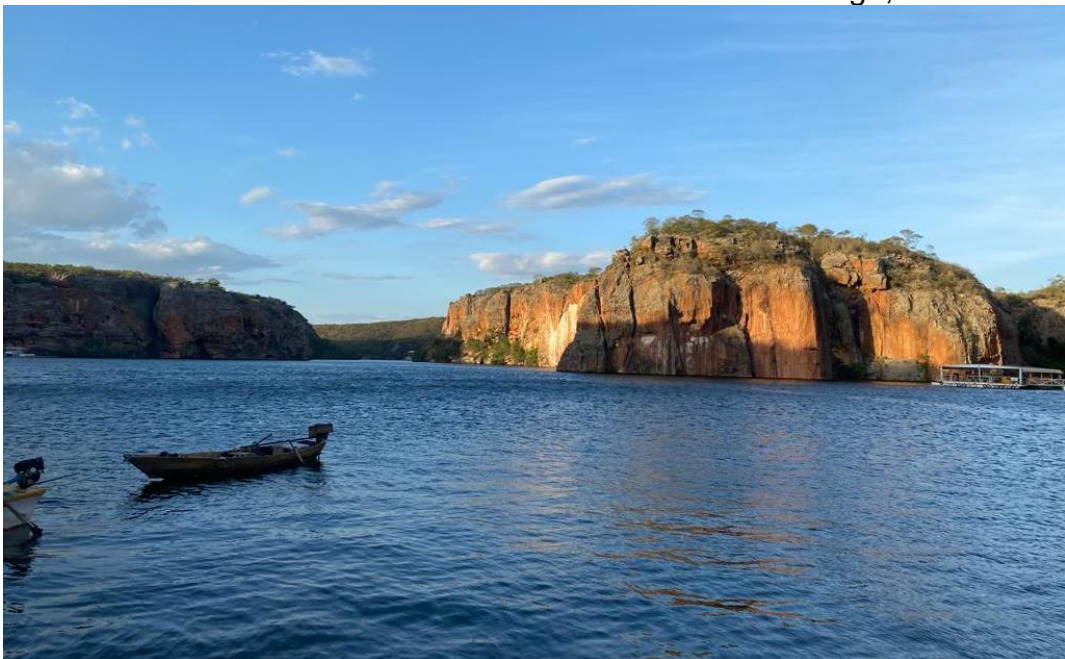
Canindé de São Francisco apresenta como principal atrativo turístico o Cânion de Xingó existindo outros atrativos culturais, naturais e artificiais, a exemplo dos Festejos Juninos, Carnaval, Vaquejas e Cavalgadas, Procissão do Cruzeiro, apresentação da Cavahada, Casa de Cultura e Arte Givalda Fernandes e o recém resgate do projeto de Natal com decoração da cidade e apresentações artísticas.

A seguir será realizada uma breve descrição dos principais atrativos turísticos comercializados no destino e com potencial para desenvolvimento de práticas de ecoturismo:

a) Cânion de Xingó

Trata-se do principal atrativo turístico de Canindé de São Francisco, é considerado o quinto maior cânion navegável do mundo. A partir do represamento das águas do Rio São Francisco, no momento de construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Xingó, o Cânion de Xingó (Foto 4) tornou-se navegável e, conseqüentemente, iniciou-se a implantação de visitas turísticas. A navegação é realizada nas águas verdes esmeraldas com profundidade entre 50 e 300 metros, entrecortando os paredões rochosos (SANTANA, 2018; CAVALCANTE, 2018; CHESF, 2022).

Foto 4 – Canindé de São Francisco - Cânion de Xingó, 2022



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O passeio do Cânion de Xingó, pode ser realizado a partir de três tipos de embarcação: a) de catamarã (Foto 5) com embarcações que comportam 250 passageiros e tripulantes, duração de 3 horas e com parada de banho na gruta do talhado; b) de Lancha ou voadeira com capacidade que varia entre 8 a 13 pessoas; e, c) embarcações *Vcat* com capacidade para 21 passageiros + 2 tripulantes (piloto e churrasqueiro). Vale ressaltar que a última modalidade é a mais nova opção de embarcação que está equipada com churrasqueira, banheiro, toboágua e *deck*.

Foto 5 – Catamarã no Cãnion de Xingó



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

De acordo com Pedrazzi, Cunha e Dias (2022, p. 5), ao analisarem o Cãnion de Xingó enquanto atrativo turismo, afirmam que

atração é, de fato, um conjunto formado por 3 partes: os Cãnions, que são os paredões rochosos que compõem as margens escarpadas do lago; o lago, que foi formado pelo represamento das águas do rio São Francisco e seus afluentes, criando o reservatório da Usina Hidrelétrica de Xingó; e Unidade de Conservação de Proteção Integral Monumento Natural do Rio São Francisco, que é administrada pelo ICMBio e abrange as terras ao redor do lago, com uma área de 26.736,30 hectares.

Considerando que o Monumento Natural do Rio São Francisco, no ano de 2021, ocupou o 9º lugar de UCs visitadas no Brasil, onde teve um fluxo de visitante registrado com cerca de 471.705¹⁰, é possível considerar que o Cãnion de Xingó foi um dos atrativos turísticos que contribuiu com seu poder de atratividade.

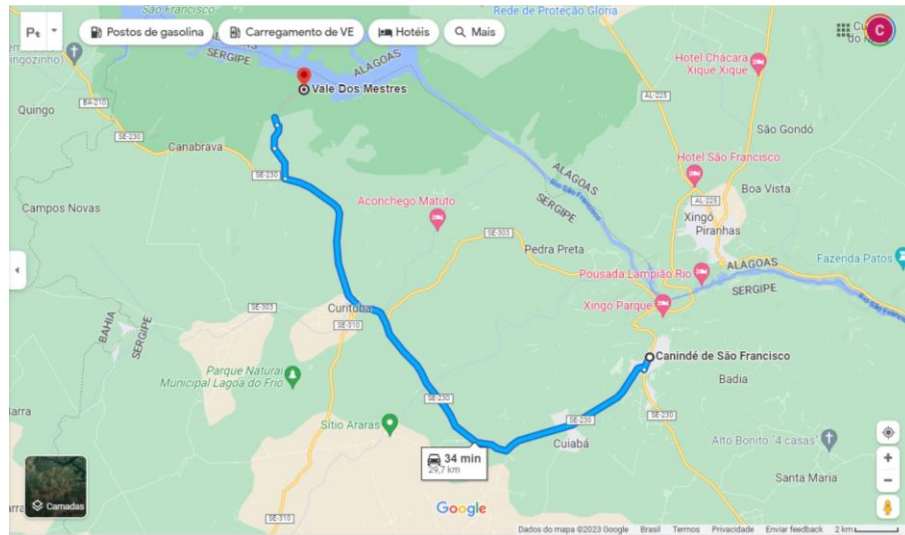
b) Vale dos Mestres

O Vale dos Mestres está localizado no Monumento Natural do Rio São Francisco, situado entre as Fazenda Poço Verde e Lamarão, no entorno do Assentamento Adão Preto e do Povoado Curituba (Figura 11) (SANTANA, 2018;

¹⁰ Parques Nacionais do ICMBio recebem mais de 16 milhões de turistas em 2021. Disponível em https://www.mercadodeeventos.com.br/destaque/_slideshow/parques-nacionais-do-icmbio-recebem-mais-de-16-milhoes-de-turistas-em-2021/, acessado em 13/01/2023.

CAVALCANTE, 2018). O atrativo dista do centro da cidade cerca de 28,7 km, com o tempo de deslocamento de aproximadamente 33 minutos de carro.

Figura 11 – Localização Vale dos Mestres, 2023.



Fonte: Google Maps, 2023.

Conforme Pedrazzi, Cunha e Dias (2022, p. 36) “[...] a atração consiste em uma enseada, com uma pequena praia arenosa ao fundo, cercada pelos paredões do cânion, onde os visitantes podem apreciar a vista e se banhar nas águas rasas”. De fato, o Vale dos Mestres é resultante da foz do Riacho Cachoeirinha que desemboca no Rio São Francisco. No entanto, torna-se importante destacar que este riacho é de caráter intermitente que possibilita fazer a Trilha do Vale dos Mestres (Foto 6), uma vez que no período de vazante seu leito pode ser percorrido, o que permite a chegada por terra.

Foto 6 – Canindé de São Francisco – mosaico trilha do Vale dos Mestres, 2022



Fonte: Arcevo pessoal, 2022.

A Trilha do Vale dos Mestres apresenta cerca 2000 metros de extensão. Durante seu percurso é possível apreciar a fauna e a flora do bioma Caatinga e rochas sedimentares com predominância de quartzo-arenitos acamados. No entanto, a trilha destaca-se devido a existência de 03 (três) sítios arqueológicos registrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), denominados respectivamente de Sítios Arqueológicos Vale dos Mestres I, II e III (Foto 7) com pinturas e gravuras rupestres (Foto 8).

Foto 7 - Mosaico sítio arqueológico - Vale dos Mestres I, II e III



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Foto 8 – Mosaico pinturas e gravuras rupestres Vale dos Mestres



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O acesso ao Vale dos Mestre também pode ser feito por água, navegando pelo Rio São Francisco. As operadoras turísticas e associações de barqueiros da região ofertam o passeio de lancha ou voadeira, com parada para banho na enseada.

c) Usina Hidrelétrica de Xingó

A Usina Hidrelétrica de Xingó (Foto 9) está localizada no Rio São Francisco, entre os municípios de Canindé de São Francisco/SE e Piranhas/AL. Tem como administradora a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). A sua construção durou cerca de 7 anos com início das obras em 1987, sendo inaugurada

parcialmente no ano de 1994¹¹. No entanto, é considerada uma usina moderna que sofre implementações tecnológicas até o período presente (ARAÚJO; AGUIAR NETTO; SALES, 2016).

Foto 9 – Canindé de São Francisco - Usina Hidrelétrica de Xingó



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A Usina é uma das principais fontes econômicas para os municípios de Piranhas/AL e Canindé de São Francisco/SE, através dos *royalties* obtidos com a geração de energia, e, no caso do último município, ressalta-se também os benefícios na produção agrícola através de projetos de irrigação, abastecimento de água e no turismo (CHESF, 2022)¹².

No montante do rio São Francisco tem o Lago de Xingó que surgiu após o represamento das águas, permitindo a navegabilidade durante todo o ano, o que gerou o passeio do Cânion de Xingó. Na jusante, leito natural do Rio São Francisco, tem-se o passeio da Rota do Cangaço. Estes dois passeios se configuram como molas propulsoras do turismo na região.

¹¹ Informação extraída em:

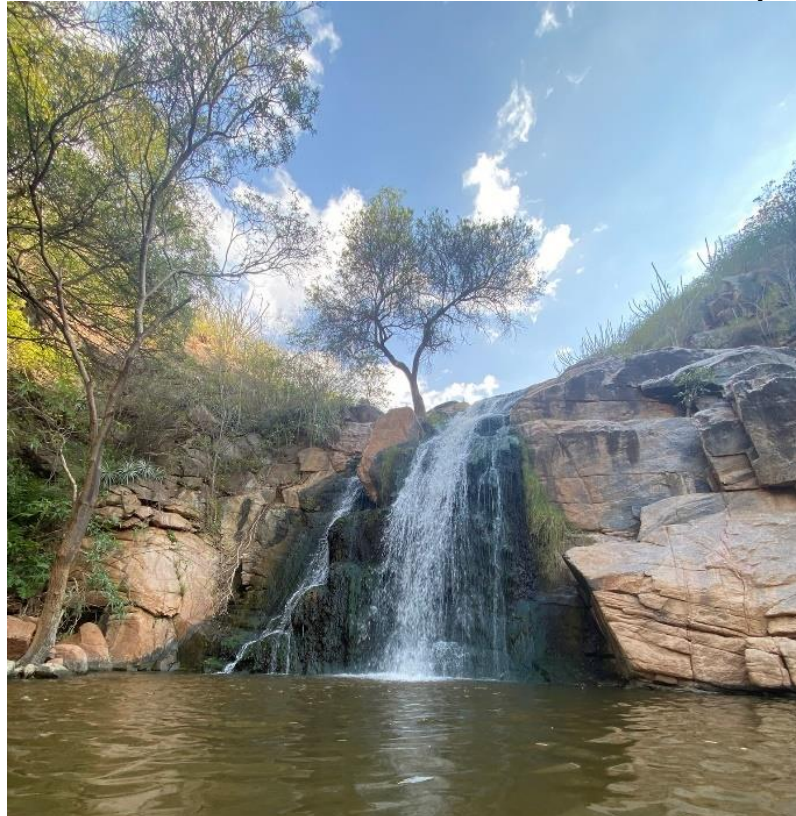
<https://www.chesf.com.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/Xingo.aspx> Acesso: 13/01/2023.

¹² Xingó – Descrição do aproveitamento de Xingó. Disponível em <https://www.chesf.com.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/Xingo.aspx>, acessado em 20/12/2022.

d) Cachoeira do Lajedão

A Cachoeira do Lajedão (Foto 10) é um atrativo turístico natural localizado na margem esquerda da rodovia SE 206. Atualmente, encontra-se em fase de ordenamento turístico com realização de estudos de capacidade de carga, projetos de infraestrutura e capacitação das pessoas que atuam na atividade de condução na área.

Foto 10 - Canindé de São Francisco - Cachoeira do Lajedão



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

A partir das observações *in loco* percebe-se que se trata de um atrativo com procura crescente pelos turistas, devido a suspensão das visitas no Vale dos Mestres. Habitualmente utilizada pela comunidade canindeense como área de lazer, seu acesso principal por meio dos lajedos apresenta grandes riscos a vida, devido a sua descida íngreme.

No entanto, observou-se durante o trabalho de campo que se tem trabalhado um acesso margeando o riacho com trilha com extensão de cerca de 3000 metros. Com uma paisagem que remete a caatinga em tempos de chuva, a flora está sempre viva por conta de ser um riacho intermitente que deságua no Rio São Francisco.

Durante o percurso da trilha é possível fazer interpretações da fauna e flora e dinâmicas de contato com a natureza. Além disso, perpassa pela história de Canindé antiga, visto que a trilha se inicia no único prédio remanescente da cidade antiga e nas ruínas do antigo cemitério.

Torna-se importante ressaltar que ao realizar o passeio deve-se contratar um condutor local e/ou guia de turismo, visto que estes profissionais estão capacitados para atuar na área, esclarecer dúvidas, prestar informações e primeiros - socorros, caso necessário.

e) Rio São Francisco

O Rio São Francisco tem sua nascente no estado de Minas Gerais, na Serra da Canastra, e percorre os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Conhecido como Rio da Integração Nacional, sua foz deságua no oceano Atlântico nos municípios de Brejo Grande/SE e Piaçabuçu/AL.

De acordo com a CHESF (2022) ¹³

[...] principal rio da região nordestina, com área de drenagem de 609.386 km², bacia hidrográfica da ordem de 630.000 km², com extensão de 3.200 km, desde sua nascente na Serra da Canastra em Minas Gerais, até sua foz em Piaçabuçu/AL e Brejo Grande/SE.

Muitas cidades surgiram as margens do rio São Francisco, incluindo-se Canindé de São Francisco. As populações tradicionais tiram seu sustento da pesca, piscicultura, carcinicultura e agricultura, tendo em vista que se tratam de atividades que estão diretamente interligadas a dependência da água proveniente do Rio São Francisco.

Para os canindeenses, o rio também é fonte de geração de energia através da Usina Hidrelétrica de Xingó, abastecimento de água para consumo humano porventura da captação feita pela empresa DESO e para a difusão do turismo (Foto 11), uma vez que os dois principais produtos turísticos, Cânion de Xingó e Rota do Cangaço estão associados a existência do rio.

¹³ Xingó - Descrição do Aproveitamento de Xingó. Disponível em <https://www.chesf.com.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/Xingo.aspx>, acessado 13/01/2023.

Foto 11 - Canindé de São Francisco - rio São Francisco



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

É importante ressaltar que precisa-se cuidar do rio São Francisco, combater as invasões e o desmatamento das matas ciliares para construções de casas nas margens do rio. Para isso, torna-se necessário a realização de um trabalho de recuperação da vegetação (matas ciliares), aplicar a cobrança para que os municípios realizem o esgotamento sanitário e tratamento dos dejetos, evitando serem lançados diretamente no rio, algo que tem prejudicado a flora e fauna e, conseqüentemente, a qualidade de vida das populações ribeirinhas¹⁴.

f) Museu de Arqueologia de Xingó

Com a criação da Usina Hidrelétrica de Xingó e o alagamento da área, foi necessário como estratégia na construção, o salvamento arqueológico para manutenção da pesquisa e a preservação do patrimônio arqueológico do Baixo São Francisco. Com isso, surge o Museu de Arqueologia de Xingó (Foto 12) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), inaugurado no ano 2000¹⁵.

¹⁴ Os principais problemas que afetam o Velho Chico. Disponível em https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/sustentabilidade_blog/os-principais-problemas-que-afetam-o-velho-chico/, acessado em 13/01/2023.

¹⁵ O MAX. Disponível em <https://max.ufs.br/pagina/20239>, acessado em 13/01/2023.

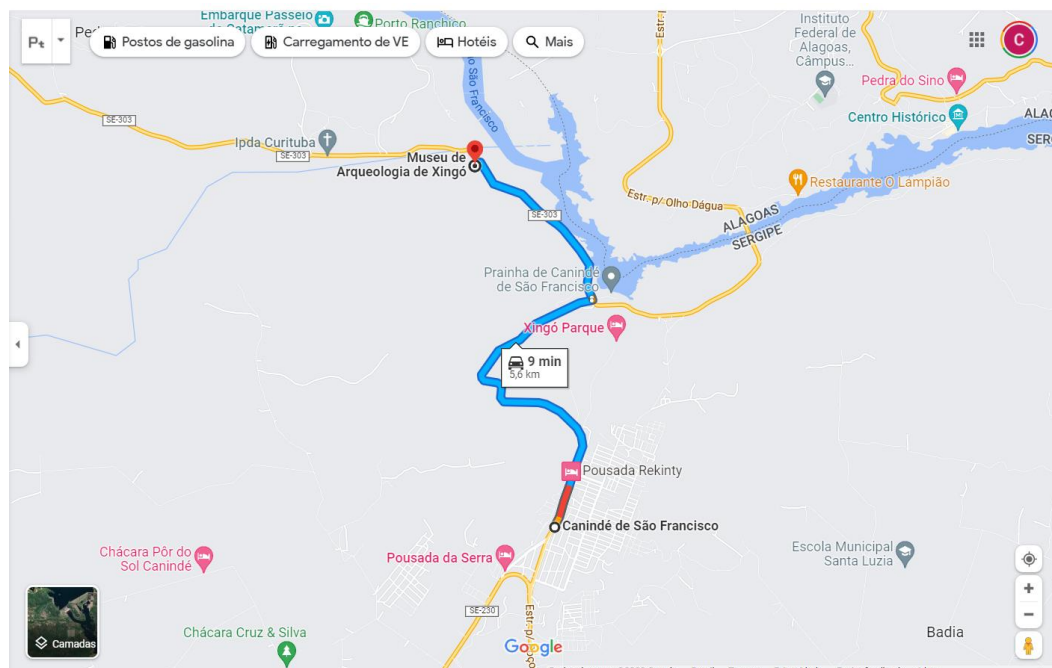
Foto 12 – Canindé de São Francisco - Museu de Arqueologia de Xingó



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

O Museu de Arqueologia de Xingó está localizado (Figura 12) na Rodovia SE - 303, nas proximidades da Usina Hidrelétrica de Xingó e as margens do Rio São Francisco. Dista 5,6 km do centro da cidade de Canindé de São Francisco, contabilizando cerca de 9 minutos de deslocamento de carro.

Figura 12 – Localização Museu de Arqueologia de Xingó, 2023.



Fonte: Google Maps, 2023.

O acervo do Museu de Arqueologia de Xingó contempla peças pré-históricas datadas com mais de 9.000 anos AP que contam a história do homem da bacia do São Francisco, através dos artefatos (objetos) líticos, cerâmicos e esqueletos

humanos. Funciona de quarta a domingo, com visitas guiadas por monitores. Existe a cobrança de uma taxa de entrada para visita, recurso revertido para manutenção do espaço e pagamento de funcionários (CAVALCANTE, 2018; SANTANA, 2018).

g) Trilha do Cangaço - Grota do Angico

A Trilha do Cangaço é um opcional do produto turístico Rota do Cangaço, quando realizado pelo município de Canindé de São Francisco/SE. É possível fazer a trilha a partir do empreendimento turístico Espaço Angicos, com percurso em aclive e íngreme de aproximadamente 680 metros.

No início da trilha é visitado a casa do coiteiro¹⁶, memorial do Sr. Pedro de Cândido, peça fundamental no desfecho da tragédia que acometeu Lampião e seu bando de cangaceiros (Foto 13).

Foto 13 – Canindé de São Francisco - Trilha do Cangaço: Grota do Angico



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

O ápice do passeio é a Grota do Angico, local onde Lampião e seu bando de cangaceiros foram emboscados e assassinados. Durante o percurso, os turistas e/ou visitantes são conduzidos por condutores locais trajados de cangaceiros e alguns

¹⁶ Coiteiro – Pessoa que ajudava os cangaceiros com abrigo, alimentação, informação e/ou proteção.

trechos deste percurso são realizados estrategicamente para contar a história do fato ocorrido na região.

Além destes atrativos e equipamentos turísticos citados, existe uma diversidade de áreas naturais com potencial para desenvolver o segmento do Ecoturismo, a exemplo do Morro do Cruzeiro, Lagos de Xingó, Morro da Loucura, Trilha da Serra Azul, Trilha da Nascente, entre outros ainda não comercializadas (SANTOS; SILVA; MAIA, 2014).

O município de Canindé de São Francisco destaca-se na mídia nacional há muito tempo, servindo de cenário para gravações de novelas como *Cordel Encantado* (2011)¹⁷, *Velho Chico* (2019)¹⁸ e *Mar do Sertão* (2022-2023)¹⁹, além da minissérie *Amores Roubados* (2014)²⁰ e do Programa *Globo Repórter* (2014)²¹, todos exibidos na Rede Globo de Televisão. Todas estas obras retrataram a cultura sertaneja, a paisagem e a caatinga como elementos das produções televisas. Na mídia local, o município é retratado principalmente através dos atrativos naturais e artificiais a exemplo do Cânion de Xingó, Cachoeira do Lajedão, Rota do Cangaço (2022)²² e Trilha do Vale do Mestres. As mais recentes campanhas de divulgação do destino em âmbito nacional foram do Guaraná Kuat²³ protagonizado por Timóteo Domingos e o comercial da *Mitsubishi Motors Brasil*²⁴.

Nos últimos anos, a gestão pública, assim como a iniciativa privada, passou a perceber a relevância do turismo arqueológico, o que ocasionou no incremento a Produção Associada ao Turismo no artesanato, a exemplo da coleção Canindé

¹⁷ Novela Cordel Encantado. Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/cordel-encantado/>, acessado em 23/01/2022.

¹⁸ Novela *Velho Chico*. Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/velho-chico/>, acessado em 23/01/2022.

¹⁹ Novela *Mar do Sertão*. Disponível em <https://globoplay.globo.com/mar-do-sertao/t/BWQmvJGbNz/>, acessado em 11/01/2023.

²⁰ Minissérie *Amores Roubados*. Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/minisseries/amores-roubados/>, acessado em 23/01/2022.

²¹ *Globo Repórter - Viagem pelo Rio São Francisco revela paraíso e histórias de mistério*. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/3782533/>, acessado em 23/01/2022.

²² Programa *Giro Sergipe – Rota do Cangaço*. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10192976>, acessado em 23/01/2022.

²³ Campanha Guaraná Kuat – Timóteo Domingos - Disponível em https://www.instagram.com/reel/CTntUp0lmpu/?utm_medium=copy_link, acessado no dia 11/10/2021

²⁴ Cânion do Xingó com a MIT Drivelines: Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=490008258956750> acessado no dia 11/10/2021

Primitivo²⁵, as visitasões ao Museu de Arqueologia de Xingó e inserção da reprodução das pinturas e gravuras nos letreiros distribuídos em pontos estratégicos da cidade (Foto 14).

Foto 14 – Mosaico letreiros com pinturas e gravuras rupestres



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

No Ecoturismo²⁶, o principal case de sucesso é o empreendimento turístico Eco Fazenda Mundo Novo²⁷ que se destaca no que diz respeito a preservação da natureza através de trilhas que são ofertadas aos turistas e munícipes (Foto 15).

Foto 15 - Canindé de São Francisco - sítio arqueológico da Eco Fazenda Mundo Novo



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

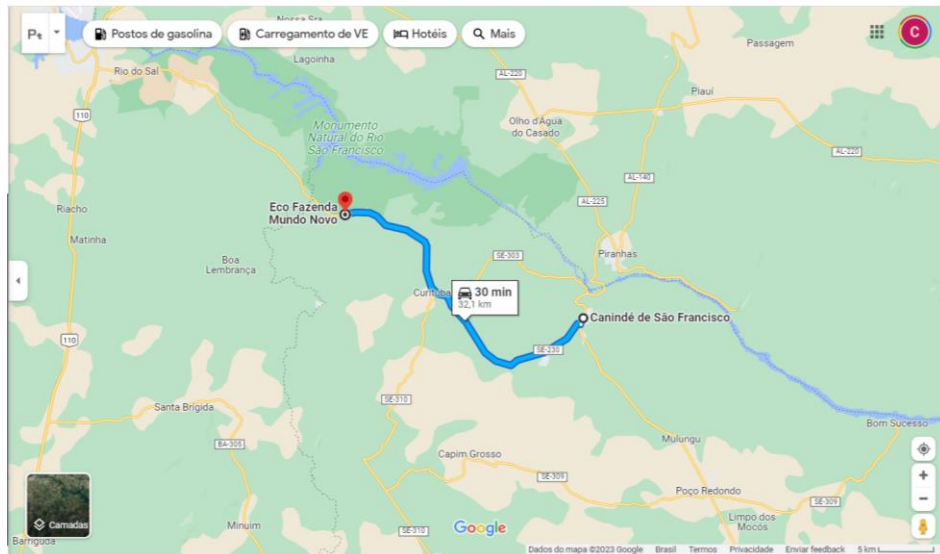
²⁵SEBRAE lança coleção “Canindé Primitivo” no Museu de Arqueologia de Xingó – Disponível em: <http://www.se.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SE/sebrae-lanca-colecao-caninde-primitivo-no-museu-de-arqueologia-de-xingo,ac13324e0822e610VqnVCM1000004c00210aRCRD> , acessado no dia 17/04/2021.

²⁶Destaque notícias. Fazenda Mundo Novo é uma ótima opção turística. Disponível em <https://www.destaquenoticias.com.br/fazenda-mundo-novo-e-uma-otima-opcao-turistica/>, acessado no dia 17/04/2021.

²⁷Bons Negócios Eco Fazenda Mundo Novo – Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=527321371255649> acessado no dia 17/04/2021.

A Eco Fazenda Mundo Novo, é uma propriedade particular, dentro da Unidade de Conservação Monumento Natural do Rio São Francisco. Localiza-se cerca de 32,1km do centro da cidade, deslocamento de carro de aproximadamente 30 minutos, localizada na rodovia SE-230, km 183 (Figura 13).

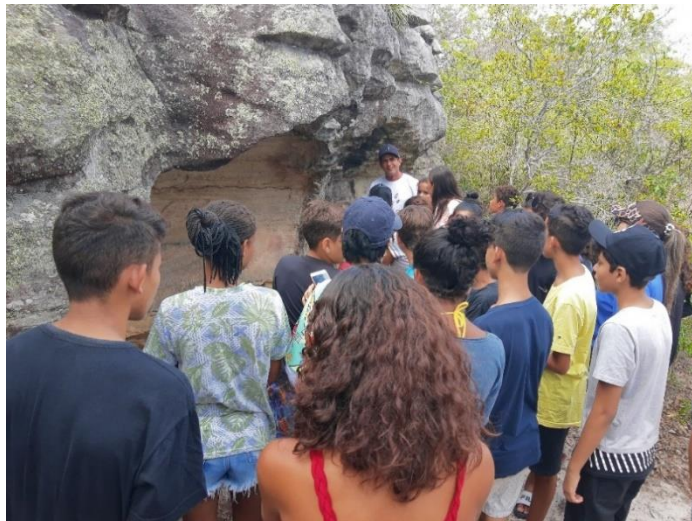
Figura 13 – Canindé de São Francisco - localização Eco Fazenda Mundo Novo, 2023.



Fonte: Google Maps, 2023.

Dispõe de infraestrutura de hospedagem (Chalés), restaurante, área de lazer com piscina, *pier* a beira do rio com atracadouro para barcos de pequenos portes e atividades de ecoturismo nas trilhas, onde é possível visitar os sítios arqueológicos com pinturas rupestres e a história do Cangaço (Foto 16).

Foto 16 – Estudantes visitando a trilha da Eco Fazenda Mundo Novo



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

De acordo com Santana (2015, p.37)

[...] o visitante pode através da interpretação de trilhas cuidadosamente formadas, contemplar a caatinga, apreciando espécies da fauna e flora típicas desse bioma, além das formações rochosas do tipo arenito com pinturas rupestres que datam de 9.000 anos, além de locais que serviu de esconderijo para o bando de Lampião, dispõe também de um trecho do rio São Francisco que serviu de cenário para gravação de séries e novelas da rede Globo [...].

Assim sendo, a Eco Fazenda Mundo Novo é um empreendimento turístico que reflete a magnitude e as possibilidades do Ecoturismo no município de Canindé de São Francisco. No ano de 2020, iniciou-se a inserção deste produto turístico no Circuito dos Umbuzeiros, projeto piloto de Turismo Rural do SEBRAE²⁸ no estado de Sergipe, com a integração de 05 municípios do alto Sertão e 25 empreendimentos²⁹.

3.2. Impactos da ausência do planejamento turístico em Canindé de São Francisco

Para o desenvolvimento turístico de forma ordenada, torna-se de suma importância que haja um planejamento estratégico no destino, constando em seu plano diretor a delimitação das áreas de interesse turístico e os usos de ocupação do território.

O Estatuto da Cidade instituído através da Lei Federal n.º 10.257/2001 garante a função social da terra urbana através de normativas jurídicas. Dentre essas normas, o Estatuto da Cidade estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor para municípios com mais de 20.000 habitantes. No entanto, o município de Canindé de São Francisco só elaborou seu Plano Diretor no ano de 2006 através da Lei Complementar 006/2006 que "Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Canindé de São Francisco, e dá outras providências" (CANINDÉ, 2006).

Assim sendo, a Gestão Municipal de Canindé de São Francisco, necessita realizar a revisão de seu plano diretor, pois como afirma Lima (2022, p. 61) trata-se de um instrumento que foi "Construído tardiamente, ele é extremamente sucinto,

²⁸ Sebrae lança o Circuito do Umbuzeiros em Nossa Senhora da Glória, disponível em <https://gloria.se.gov.br/noticia/170/sebrae-lanca-o-circuito-do-umbuzeiros-em-nossa-senhora-da-gloria>, acessado em 11/01/2023.

²⁹ Circuito dos Umbuzeiros e místico o sertão de Sergipe. Disponível em <https://nowboarding.com.br/circuito-dos-umbuzeiros-sergipe/>, acessado em 11/01/2023.

generalista e está desatualizado, sendo obrigatório a atualização a cada 10 anos”. De fato, as políticas para o turismo foram incipientes implementadas e novas formas de ocupação do território turístico surgiram no decorrer das últimas duas décadas.

No ano de 2022, o Ministério do Turismo lançou a Cartilha de Plano Diretor Orientado ao Turismo (BRASIL, 2022). Este documento aponta a necessidade de orientação do desenvolvimento do território dos municípios de potencial turístico por meio de seu Plano Diretor enquanto “instrumento que permite materializar e operacionalizar a ação governamental no território, e organizar as relações sociais nele existentes” (BRASIL, 2022, p. 13).

Desta forma, torna-se necessária a revisão do Plano Diretor do município, a fim de estabelecer os critérios normativos para o desenvolvimento da prática turística local.

De acordo com os dados do Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS (2012, p. 15), Canindé de São Francisco configura-se como

[...] porta de entrada para a região do Polo e o segundo destino turístico do Estado, depois de Aracaju. No entanto, atualmente, o município não tem capacidade de atração do turista para permanência, caracterizando-se principalmente como um destino para passeios de um dia. Não obstante esse fato, Canindé é o único município que oferece estrutura hoteleira com maior qualidade para hospedar turistas, em comparação com os demais municípios do Polo.

A necessidade do ordenamento da atividade turística local é visível devido ao crescimento na oferta de empreendimentos e atrativos nos últimos 10 anos, o que fortalece o município enquanto destino turístico. No entanto, a ausência de um plano diretor atualizado associado ao plano de desenvolvimento do turismo impacta no uso de ocupações irregulares, gera visitas desordenadas nos espaços turísticos, incentiva a informalidade, deteriora o patrimônio natural, dentre outros aspectos.

De acordo com as ideias de Muller e Silva (2011, p. 19)

O planejamento é a principal ferramenta para que a atividade turística ocorra e, dessa maneira, ajuda a melhorar a qualidade de vida da população local, a economia, a cultura, o meio ambiente e a sociedade em geral. A ausência do planejamento pode causar danos irreversíveis na destinação turística, alterando a paisagem e outros elementos edificados, destruindo os atrativos

turísticos e impedindo o desenvolvimento contínuo do turismo. O desenvolvimento turístico deve ocorrer de forma sustentável, mantendo os recursos e atrativos existentes, seja para o tempo presente quanto para o tempo futuro.

Correlato com o argumento anterior, o município de Canindé de São Francisco, no ano de 2016, recebeu a Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), composta no estado de Sergipe por 32 (trinta e duas) entidades, órgãos e instituições, dentre as que apresentam relação direta e indireta com a proteção do patrimônio natural e histórico-cultural. As fiscalizações têm por objetivo verificar se as atividades econômicas desenvolvidas na Bacia do São Francisco compatibilizam-se com a proteção do meio ambiente, respeitando o ambiente natural, do trabalho, cultural e construído (CBHSF, 2017).

A equipe de Espeleologia e Arqueologia da Fiscalização Preventiva Integrada (FPI/SE) em nova fiscalização realizada no ano de 2019, visitou o Vale dos Mestres e gerou um relatório de inspeção que constava “na ocasião, os profissionais identificaram lixo, fogueira, pichações, alto volume de som, falta de controle do número de pessoas na trilha, o que ocasiona muitos impactos ambientais” (MPF, 2021)³⁰. Este relatório, encaminhado para o Ministério Público Federal, resultou no Inquérito civil nº 0800176-40.2021.4.05.8501, no qual suspendeu as visitas turísticas no Vale dos Mestres no ano de 2021.

Santana (2018, p. 33-34) descreve o Vale dos Mestres da seguinte maneira:

O local abriga três Sítios Arqueológicos, com registros de gravuras e pinturas rupestres datadas de aproximadamente 3000 anos, formações rochosas sendo pichadas, os paredões sendo diariamente deteriorados, pela ação humana. Outro problema encontrado na trilha é o uso desenfreado de seus paredões para a exploração esportiva de rapel e outras modalidades tipo *stand up paddle* e canoagem que são praticadas no rio São Francisco, não proibido, porém não é legalizado pelas autoridades competentes.

Outro fator relevante para elaboração de um instrumento norteador para o planejamento estratégico turístico, são os investimentos da gestão pública municipal em infraestrutura, promoção do destino e captação de investidores, somando-se a importância do trabalho de regularização dos empreendimentos turísticos no que

³⁰ MPF. FPI: Após ação do MPF, Justiça suspende visita no Vale dos Mestres em Canindé do São Francisco (SE). Disponível em <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/fpi-apos-acao-do-mpf-justica-suspende-visitacao-no-vale-dos-mestres-em-caninde-do-sao-francisco-se>, acessado em 23/01/2022.

tange as seguintes documentações: CNPJ, Alvará de Funcionamento, Licença Sanitária, CADASTUR, entre outras. Tais ações impactarão na arrecadação de receitas, geração de renda e empregos formais, repercutindo na melhoria da categorização do destino no mapa do turismo brasileiro e segurança na escolha do destino turístico pelo turista ao ter acesso a informações verídicas nas plataformas e *sites* do Ministério do Turismo. Vale ressaltar que o setor empresarial local tem investido na qualificação e capacitação da mão-de-obra, gerando emprego e renda para profissionais qualificados, repercutindo na melhoria na oferta de serviços³¹.

Ao analisar o site do CADASTUR³² é possível observar que o destino turístico Canindé de São Francisco contempla uma oferta turística diversificada constituída por atrativos e equipamentos como restaurantes, bares e similares, meios de hospedagem, transportadoras turísticas, profissionais de turismo (guias de turismo, turismólogos e condutores locais), complexos turísticos, ou seja, todos os elos da cadeia produtiva do turismo. No entanto

[...] o município fica refém do chamado “Turismo de Bate Volta” devido à falta de planejamento turístico, incipiente de diversificação de roteiros elaborados e comercializado, pouca promoção e divulgação da diversidade da oferta turística existente na região, ocasionando um curto tempo de permanência dos turistas no município (SANTOS; LEAL, 2018, p. 214)

Assim sendo, a elaboração do instrumento de planejamento estratégico para implantação do Ecoturismo no município permitirá a concretude do desenvolvimento

³¹ Sites com notícias sobre investimentos no município de Canindé de São Francisco pelo setor público e privado nos últimos anos.

Projeto turístico é apresentado em Canindé do São Francisco. Disponível em <http://www.se.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SE/projeto-turistico-e-apresentado-em-caninde-do-sao-francisco,e24119b546c79610VgnVCM1000004c00210aRCRD>, acessado em 06/03/2022.

Café com Sebrae é realizado em Canindé de São Francisco. Disponível em <https://www.aracajumagazine.com.br/conteudo/turismo/cafe-com-sebrae-e-realizado-em-caninde-de-sao-francisco>, acessado em 06/03/2022.

Presente na Festuris, Prefeitura de Canindé de São Francisco investe no desenvolvimento do turismo. Disponível em

<https://www.sergipetradetour.com.br/noticias/Presente-na-Festuris-Prefeitura-de-Caninde-de-Sao-Francisco-investe-no-desenvolvimento-do-turismo/72>, acessado em 06/03/2022.

Prefeitura de Canindé de São Francisco reabre a Casa de Cultura e Arte Dona Givalda Fernandes. Disponível em

<https://www.sergipetradetour.com.br/noticias/Prefeitura-de-Caninde-de-Sao-Francisco-reabre-a-Casa-de-Cultura-e-Arte-Dona-Givalda-Fernandes/88>, acessado em 06/03/2022.

Natal em Canindé - O Renascer da Cultura. Disponível em

<https://www.sergipetradetour.com.br/noticias/Natal-em-Caninde-O-Renascer-da-Cultura/96>, acessado em 06/03/2022.

³² CADASTUR. Disponível em <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/sou-prestador/inicio>, acessado em 05/02/2023.

da atividade turística voltada para consolidar o destino dentro deste segmento, de forma ordenada, planejada e sustentável, ampliando e diversificando sua oferta turística, na perspectiva de proporcionar o aumento do tempo de permanência dos turistas no destino turístico. Todavia o PDITS (2012, p.17) apontou que

[...] Canindé de São Francisco enfrenta uma grande demanda turística com destino aos cânions do São Francisco sem, no entanto, disponibilizar infraestrutura adequada para receber essa visitação e promover o desenvolvimento econ mico e social da popula o local que, mesmo assim, sobrevive da atividade de turismo.

Partindo desse princípio, no PDTIS do ano de 2012, foi identificado uma falta de infraestrutura adequada a comportar o fluxo turístico existente. No entanto, com base no cruzamento dos dados do CADASTUR e da Receita Federal, através do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), analisando o item “abertura de empresa” descrito no Comprovante de Inscri o e de Situa o Cadastral,   possível verificar que no decorrer da última década, o destino evoluiu com a amplia o de sua oferta turística, onde se destacam os Meios de Hospedagens (Hotéis, Pousadas e Casa de Veraneios) e os restaurantes. Já através da observa o direta foi possível identificar a cria o de novos complexos turísticos e melhorias daqueles existentes, além da inova o de produtos, a exemplo do Circuito dos Umbuzeiros.

Ao pensar em otimizar os recursos a partir de um turismo mais responsável e sustentável, tem como principais resultados, de acordo com a Organiza o Mundial do Turismo e o Programa das Na es Unidas para o Meio Ambiente (UNWTO; UNEP, 2005):

- a) Salvar as características ambientais e/ou culturais;
- b) Respeitar os direitos dos indígenas e das comunidades locais, no que diz respeito a sua autenticidade sociocultural, aos valores tradicionais e a compreensão e tolerância intercultural;
- c) Garantir atividades econ micas viáveis e em longo prazo, com a distribui o equitativa dos benefícios socioecon micos, incluindo-se emprego estável e serviços sociais para a comunidade local, contribuindo para minimiza o da pobreza;

- d) Oportunizar experiências significativas e de qualidade para os visitantes pautadas no maior sentido de cuidado com a natureza e as áreas protegidas.

De fato, trata-se de uma preocupação emergente, considerando que de acordo com o estudo realizado pela Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe – SETUR/SE (SERGIPE, 2018) as principais motivações/elementos para visitar o Polo Velho Chico são Ecologia/Natureza com 44,7% e passeio de barco com 12,3%, o que reforça a necessidade de ações e estratégias que visem a preservação do patrimônio natural e histórico-cultural do município de Canindé de São Francisco, a exemplo dos sítios arqueológicos (Foto 17), outro atrativo relevante no contexto do ecoturismo por sua presença marcante nas áreas naturais do município.

Foto 17 – Canindé de São Francisco – pinturas rupestres Eco Fazenda Mundo Novo



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Atualmente, em termos de proteção ambiental, o município tem em seu território Unidades de Conservação na esfera Federal, Estadual e Municipal, descritas a seguir:

- a) **Monumento Natural do Rio São Francisco** – Criado por Lei Federal, Decreto s/n de 05 de junho de 2009, do Governo Federal. Apresenta uma área de 26.715,00 hectares de reserva de caatinga e categoria de proteção

integral (Figura 14). Distribui-se entre os municípios de Piranhas, Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas; Paulo Afonso, na Bahia e Canindé de São Francisco, no Estado de Sergipe. Neste último município, o monumento ocupa uma de área de 6.637,78 hectares, equivalente a 24,32% da Unidade de Conservação - UC (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL, 2021). O órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), com sede no município de Paulo Afonso/BA.

Figura 14 - Localização do Monumento Natural do Rio São Francisco



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, 2021³³.

- b) **Monumento Natural da Grotta do Angico** - Criado por Lei Estadual, Decreto Estadual nº 24.922, de 21 de dezembro de 2007, apresenta uma área de 2.138 hectares nos municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, à margem direita do rio São Francisco (SEMARH-SE, 2017). O órgão gestor é a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe, com sede na cidade de Aracaju (Figura 15).

³³ Mona do Rio São Francisco. Disponível em <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/centro-integrado-de-estudos-georreferenciados-cieg/atlas-das-caatingas/mona-do-rio-sao-francisco>, acessado em 05/02/2022.

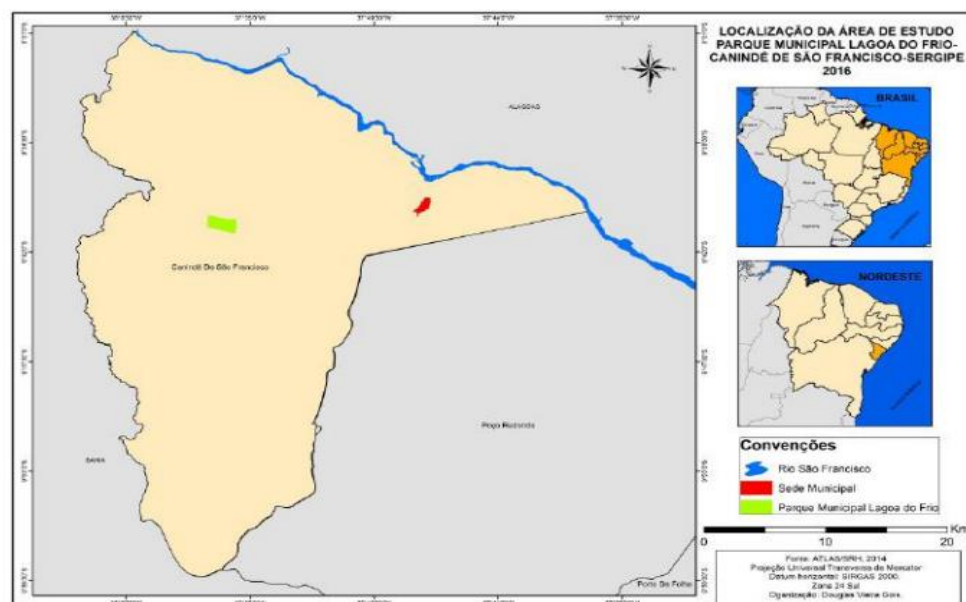
Figura 15 - Localização do Monumento Natural Grota do Angico



Fonte: Cruz, 2013.

- c) **O Parque Municipal Lagoa do Frio** - Criado pelo decreto lei municipal de nº 041/2001, de 23 de outubro de 2001, com área de 278, 99 hectares (Figura 16). Trata-se de um espaço do tipo de Proteção Integral, categoria Parque Natural Municipal, localizado na ecorregião Depressão Sertaneja Meridional no município de Canindé de São Francisco (CENTRO ..., 2022). O órgão Gestor é a Secretaria Municipal de Agricultura, Água e Meio Ambiente de Canindé de São Francisco.

Figura 16 - Localização do Parque Municipal Lagoa do Frio



Fonte: Souza et al., 2016.

O município de Canindé de São Francisco, além de apresentar estas áreas de preservação supracitadas em destaque, possui áreas de reserva legal nos lotes de produção agrícola, nas propriedades e terras as margens do Rio São Francisco e riachos. Entretanto, estas últimas áreas têm sofrido constantes invasões com apropriações indevidas, construções de casas de veraneios (Foto 18) e de aluguel para temporada (SOUZA et. al., 2016), além das visitas desordenadas no Vale dos Mestres e Cachoeira do Lajedão, provocando prejuízos e danos irreparáveis ao meio ambiente e ao patrimônio arqueológico.

Foto 18 – Casas de veraneios à margem do rio São Francisco



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Diante da existência de áreas naturais com visitas turísticas e em processo de degradação e prejuízo ao patrimônio histórico-cultural, a execução deste projeto com criação do “Manual Técnico de Ordenamento Turístico: Estratégias para Implantação do Ecoturismo”, resultará no instrumento para planejar de forma estratégica a implantação do ecoturismo no município de Canindé de São Francisco/SE, versando pela otimização dos recursos financeiros, ambientais, culturais, políticos e sociais, sustentado nos pilares do equilíbrio da tríade econômica – cultural – ambiental.

Assim sendo, busca-se nortear o desenvolvimento de programas, projetos, ações e captação de recursos para implantação da qualificação profissional, prevenção de acidentes, fortalecimento do destino com a diversificação da oferta, além do estímulo às iniciativas de certificação com base nas Normas Técnicas de Ecoturismo e Turismo de Aventura da ABNT. Com isso, será possível pensar no ordenamento da atividade turística, a fim de mitigar os impactos negativos causados pela visita turística no município de Canindé de São Francisco.

CAPÍTULO 4 - PRODUTO TECNOLÓGICO – MANUAL TÉCNICO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO: ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO

A idealização do Manual Técnico de Ordenamento Turístico: Estratégias de Implantação do Ecoturismo, surge no decorrer da pesquisa e das indagações entre as orientações, reflexões dos argumentos dos professores das disciplinas do Mestrado Profissional em Turismo e as sugestões de alterações durante a banca de qualificação.

Perguntas como: É um trabalho feito com a participação da comunidade? Como produzir um produto tecnológico participativo durante um período de pandemia, onde o contato é algo que deve ser evitado? Ao estudar o tema de planejamento, durante as pesquisas bibliográficas e documentais, percebe-se a fundamental importância da participação dos atores da cadeia produtiva do turismo e ao deparar-se com o tema Ecoturismo, isto fica mais profundo e necessário.

Outro fator relevante é a responsabilidade social com a comunidade local. Seria negligência do pesquisador iniciar as pesquisas nas comunidades e dialogar com os profissionais de turismo, criando a expectativa de implantação do segmento, além de elaborar um plano turístico permeando a incerteza de implantação e continuidade das ações. É certo que o histórico de mudanças de gestão provoca descontinuidade de projetos e ações.

Estes fatores associados a realidade da elaboração de produtos tecnológicos que, infelizmente, muitas vezes ficam somente no âmbito da academia, optou-se por produzir um instrumental que subsidie a gestão pública na implantação do Ecoturismo, visto que em analogia ao provérbio Chinês “Dê ao homem um peixe e ele se alimentará por um dia. Ensine um homem a pescar e ele se alimentará por toda a vida.”

Assim sendo, o Manual Técnico de Ordenamento Turístico: Estratégias de Implantação do Ecoturismo aponta caminhos necessários para implantação do segmento em Canindé de São Francisco, assim como poderá nortear outros municípios que visem adotar este segmento turístico como estratégia de

desenvolvimento turístico. Além disso, vale ressaltar a possibilidade de se criar uma série de manuais técnicos de ordenamento turístico voltados para outros segmentos.

4.1. Identidade visual - marca

Ao pensar na construção do Manual Técnico foi contratada a profissional de *Designer* Gráfico a Sra. Maria Ylnah de Melo Santos para criação da marca. Esta aplicou um formulário (*Briefing* – Identidade Visual) para entender o projeto e delinear a criação.

No *Briefing* constava perguntas como: Nome da marca? O nome tem algum significado? É possível encontrar algum? Qual o objetivo desse projeto? Existe algo nesse projeto que será desafiador? Aplicabilidade? Atributos Visuais? Há algum objeto que faz parte da ideia e pode ser usado como inspiração? Possui em mente alguma cor de preferência? E tem alguma cor que você NÃO queira de forma alguma na sua marca?

Todas essas perguntas foram respondidas com o intuito de transmitir a ideia do pesquisador para que a *designer* gráfico tivesse norte no processo de criação e o resultado foi a marca a seguir (Figura 17).

Figura 17 – Marca do produto tecnológico

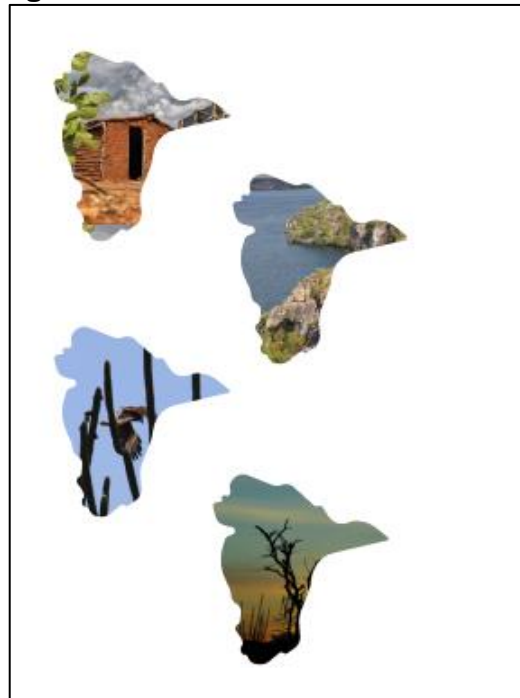


Fonte: Maria Ylnah, 2023.

A identidade visual da marca conta com o conceito com enfoque no segmento de Ecoturismo acrescentando-se o título “Manual Técnico de Ordenamento Turístico

- Estratégias de Implantação do Ecoturismo”. A marca agrega os principais elementos que compõe a paisagem do município de Canindé de São Francisco/SE, entre eles, a caatinga, a fauna, a flora, o rio São Francisco e as comunidades tradicionais. Na Figura 18 é possível identificar os elementos base e o recorte do mapa do município.

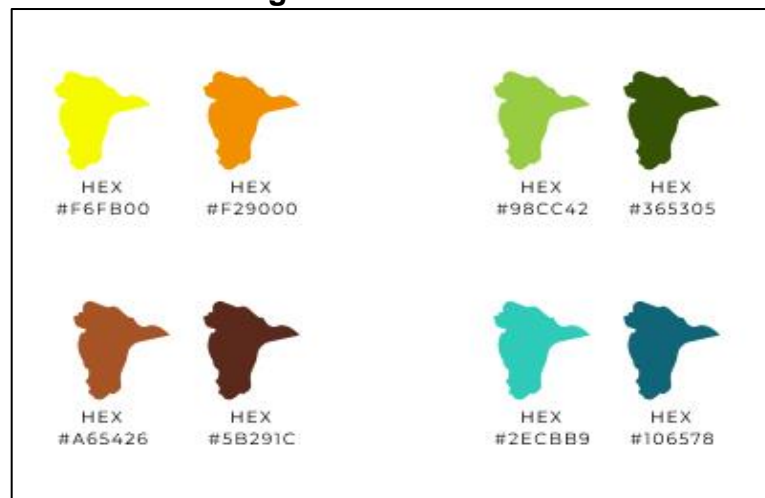
Figura 18 – Elementos base da marca



Fonte: Maria Ylnah, 2023.

A escolha das cores se deu através da relação com a natureza. Tons de amarelo representam o sol; tons de verdes e marrons a vegetação e o relevo; e os tons de azul representam o rio (Figura 19).

Figura 19 – Cores da marca



Fonte: Maria Ylnah, 2023.

De acordo com Santos (2022, p. 55) a identidade visual da marca “utiliza desde a sua assinatura normativa, a família tipográfica MONTSEERRAT que garante uma representação regular, de aparência moderna e confiável que funciona muito bem para títulos, cabeçalhos e mais leve para o uso em textos mais longos”. O logotipo da marca é constituído do ícone e da tipografia conforme Figura 20.

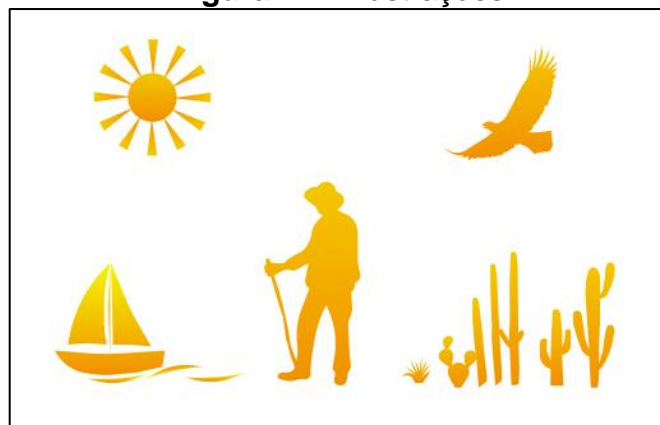
Figura 20 - Logotipo



Fonte: Maria Ylnah, 2023.

Para construção do ícone tem a representação das seguintes ilustrações: caatinga, fauna e flora, Rio São Francisco e as comunidades tradicionais (Figura 21).

Figura 21 – Ilustrações



Fonte: Maria Ylnah, 2023.

Para redução da marca de modo a não perder a legibilidade deverá ser aplicada com as medidas proporcionais de acordo com as orientações a seguir na Figura 22.

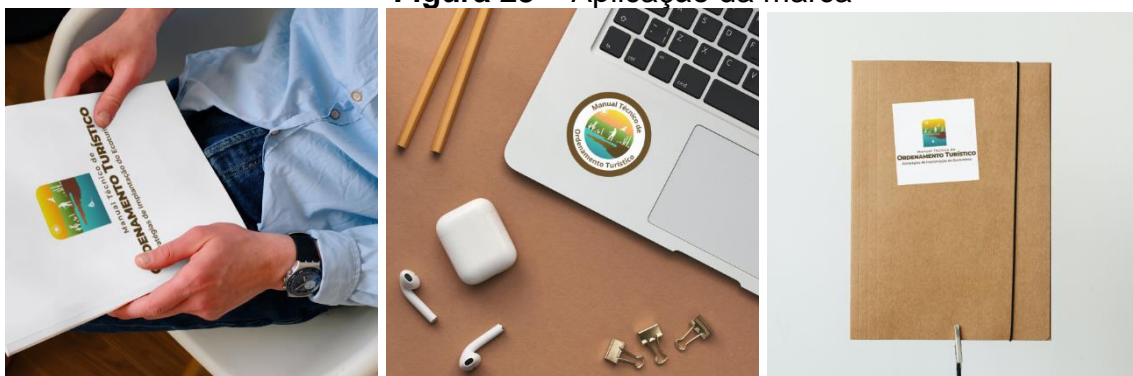
Figura 22 – Medidas de redução da marca



Fonte: Maria Ylnah, 2023.

Por fim, apresenta-se a aplicação da marca em diversos produtos como pasta e dois tipos de adesivos (Figura 23). Para aplicação da marca entre outros produtos orienta-se que seja feita consulta aos idealizadores.

Figura 23 – Aplicação da marca



Fonte: Maria Ylnah, 2023.

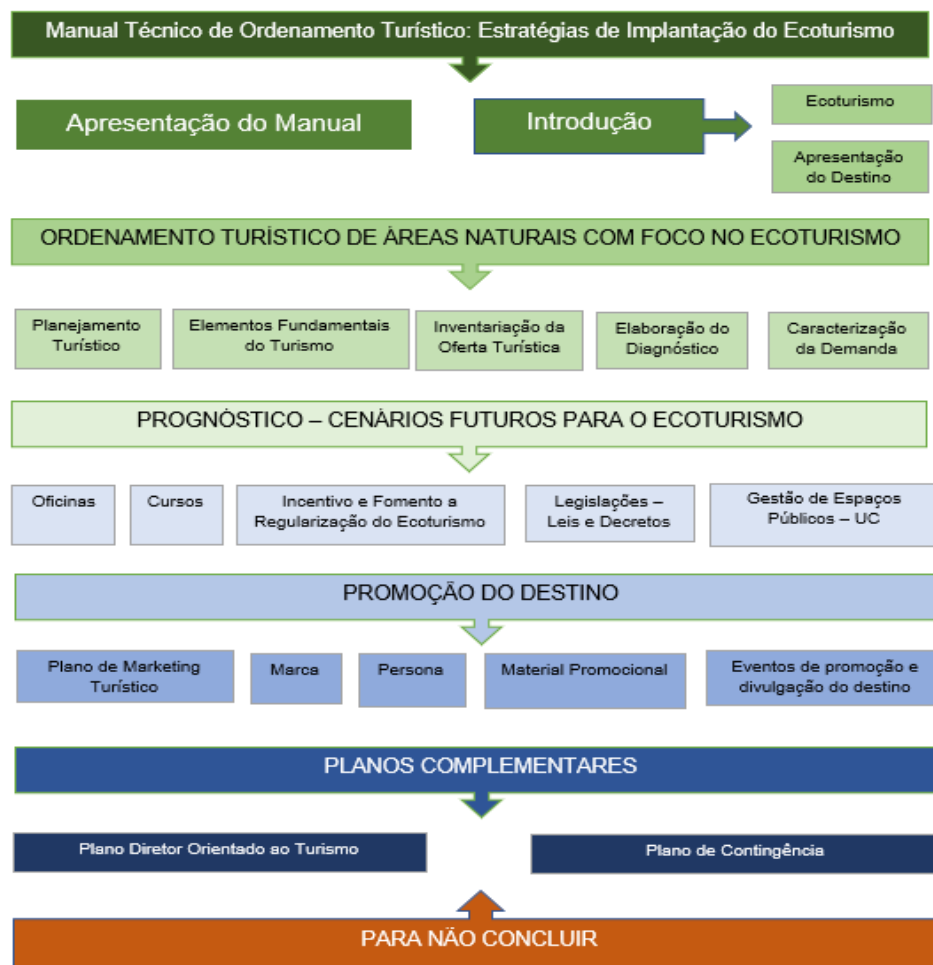
Em continuidade ao processo de elaboração foi firmado parceria com o fotógrafo o Sr. Marcelo Pereira da Silva que disponibilizou um acervo com 30 imagens da fauna, flora, cachoeira, trilhas, rio São Francisco, Usina Hidrelétrica de Xingó, Prainha Beira Rio, a vida do sertanejo, entre outras (Apêndice A). Estas imagens

poderão ser observadas no Manual Técnico de Ordenamento Turístico: Estratégias para Implantação do Ecoturismo.

4.2. Construção textual do manual técnico

Para construção textual do produto tecnológico, primeiramente foi pensado em criar um texto com uma linguagem acessível para todos, principalmente para profissionais e pessoas que não possuem familiarização com o turismo. Apesar de ser um documento voltado para gestão pública, sabe-se que cargos comissionados de Secretário e Diretor nem sempre são escolhidos por capacidade técnica, uma vez que muitas das vezes são ocupados por profissionais de outras áreas de conhecimento ou por indicação meramente política. Apresenta-se a seguir uma prévia do que é abordado no manual (Figura 24).

Figura 24 – Itens do manual técnico de ordenamento turístico: estratégias de implantação do ecoturismo



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Deste modo, o manual versa na possibilidade de contribuir para o entendimento e nivelamento de conhecimentos sobre turismo e suas terminologias para pessoas leigas, uma vez que foi elaborado com base em documentos do Governo Federal do Brasil e do Estado de Sergipe, manuais e cartilhas, além da fundamentação de estudiosos em planejamento e ecoturismo.

4.2.1. Parte I – Elementos pré - textuais

A Capa do Manual Técnico contém a marca já apresentada anteriormente e uma foto de fundo da Trilhas das Cavernas, local pouco utilizado pela visitação turística, porém com projeto em andamento para comercialização como produto turístico.

A página posterior com os elementos pré - textuais é apresentada a Ficha Técnica com dados da instituição de ensino e dos profissionais que contribuíram de alguma forma para construção do documento.

A página seguinte tem-se um trecho do hino de Canindé de São Francisco/SE, valorizando os elementos constituídos na marca e a pujança do povo canindeense. Também é possível visualizar a imagem de fundo, denominada Prainha Beira Rio, que consta o Rio São Francisco, uma canoa, luz da Usina Hidrelétrica de Xingó e a imagem continua nas duas páginas posteriores com o sumário.

4.2.2. Parte II – Introdução

A “**Apresentação do Manual Técnico**” com uma estrutura textual que contempla como surgiu a ideia da construção da ferramenta instrumental de ordenamento turístico, fruto deste trabalho de conclusão de curso de Mestrado Profissional em Turismo, o objetivo do produto tecnológico e seu público-alvo. Na capa da apresentação consta a imagem da trilha da prainha com evidência para rochas, vegetação e o rio. Como plano de fundo do texto de apresentação, tem-se as ilustrações pertencentes a marca do Manual.

Outro elemento pertencente a essa parte é um breve relato conceitual de “O que é Ecoturismo?”, em que se discute o perfil do ecoturista, assim como a pesquisa de mercado que apresenta dados do crescimento do ecoturismo e a importância do

posicionamento de mercado e a força da competitividade para os destinos turísticos com aptidão para o segmento. A imagem lateral é a vista da trilha da Caverna do Urubu Rei, espaço que ainda apresenta uma visitação turística bastante incipiente.

Para finalizar esta etapa apresenta-se o tópico “**Apresentação do Destino**”, com uma breve descrição do município de Canindé de São Francisco, enfatizando a localização, estrutura organizacional do turismo, a oferta turística com os principais atrativos e equipamentos turístico. Ademais, relaciona a demanda turística do município em referência ao estado de Sergipe e cita os principais elementos da cadeia produtiva para o ecoturismo e as potencialidades existentes. A imagem lateral é da Cachoeira do Lajedão atrativo turístico comumente utilizada por turistas e condutores locais, além da comunidade local que utiliza o espaço como local de lazer.

4.2.3. Parte III – Ordenamento turístico com foco no ecoturismo

Este tópico abrange uma discussão sobre planejamento e ordenamento turístico com base nos autores Braga (2009), Ignarra (2003), Ministério do Turismo (2007), Ruschmann (2016), Lohmann e Panosso Netto (2008). Conforme dito anteriormente, foi criado o tópico “**Compreensão dos elementos fundamentais do turismo**” com as principais terminologias do turismo, uma caixa conceitual de autoria própria sobre o termo *trade* turístico. Foi abordado a inventariação da oferta turística e as etapas para elaboração do diagnóstico com sugestões de eventos e a caracterização da demanda turística. As imagens do camaleão e da cavahada ilustram esse tópico.

4.2.4. Parte IV – Inventariação da oferta turística

Traz a metodologia do Ministério do Turismo para inventariar o destino, informando para que serve a inventariação turística e justificando o porquê de ter um quadro com *hiperlink* para todos os formulários disponíveis no site do MTur. Nas caixas de observação destacam-se a periodicidade e importância da criação de uma série histórica do inventário turístico do destino e, ações complementares a inventariação turística. A imagem utilizada neste tópico é da vida de um sertanejo, montado no animal, um típico sertanejo de chapéu de couro, caminhando na rodovia com a Usina Hidrelétrica de Xingó ao fundo.

4.2.5. Parte V – Elaboração do diagnóstico

A imagem da Trilha da Cachoeira do Lajedão é a abertura desse tópico. Nesse item aborda-se a explicação do diagnóstico e em que consiste este procedimento, com pesquisas, levantamentos de dados e análise macroambiental.

Criou-se um subtópico “**Eventos participativos para o público-alvo: trade turístico local, comunidade em geral, órgãos e entidade de turismo**” com propostas de realização de oficinas aplicando a metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo e suas técnicas, além da análise SWOT. Apresenta duas caixas de observação: a primeira explica em que consiste a análise SWOT e a segunda indica a consulta a documento que norteará a técnica de Diagnóstico Rápido Participativo.

Para finalizar a etapa do diagnóstico, o item intitulado “**Caracterização da Demanda Turística**” que aponta a necessidade de aplicação de pesquisa de demanda turística na baixa e alta temporada e a pesquisa de opinião pública da comunidade do entorno dos atrativos turísticos naturais. Também indica-se, em uma caixa de observação, as principais comunidades onde devem ser aplicadas a pesquisa.

4.2.6. Parte VI – Prognóstico – cenários futuros para o ecoturismo

Orienta que durante a elaboração do Plano Estratégico de Ecoturismo deverá ser realizada uma análise do Plano Nacional de Turismo e o Plano de Turismo Estadual para alinhamento dos macroprogramas e estratégias, a fim de subsidiar a elaboração de programas, projetos, objetivos e metas em âmbito municipal. Indica a criação da Missão, Visão, Valores e Princípios Norteadores do plano a ser elaborado. Sugere-se a realização de oficinas e cursos apresentados em quadros com o objetivo, a meta, o público-alvo e o prazo para cada ação. Este tópico tem em sua capa a foto com Vista Noturna da Usina Hidrelétrica de Xingó.

4.2.7. Parte VII – Incentivo e fomento a regularização do ecoturismo

Neste item, abordam-se as ações pontuais com a criação de programas voltadas ao ecoturismo (Programa de Governo, Programa Cama e Café, Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo, inclusão da pauta nos órgãos municipais (Conselho

Municipal de Turismo, Câmara de Vereadores); Instâncias de Governanças (Fórum Regional de Turismo do Polo Velho Chico) e documentos regulatórios do território (Plano Diretor), bem como a estruturação de infraestrutura de sinalização turística, implementação de *sítes* e perfis em redes sociais. Sinaliza-se também a importância de cadastramento das trilhas municipais na Rede Nacional de Trilhas, além do apoio a associações (Rede de Ecoturismo e Associação de Condutores de Visitantes de Xingó) e fomento ao empreendedorismo (Receptivos).

Contempla duas caixas de sugestões, uma para criação do selo municipal de ecoturismo e a outra indicando a elaboração de um manual de sinalização turística; e, duas caixas de observação, sendo que na primeira trata da Lei de Criação do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo e, a segunda, apresenta informações dos profissionais que compreende a estrutura dos empreendimentos de receptivos e agências de turismo.

A imagem da capa é denominada Vida do Sertão, com a paisagem do imaginário do sertão, com uma carroça e túnel de água, animais no terreiro e uma casa de taipa.

4.2.8. Parte VIII – Legislações – leis e decretos

Apona a necessidade da criação de legislações municipais que garantam a implantação e o desenvolvimento do ecoturismo no município de Canindé de São Francisco, com base nas legislações vigentes no país, regulamentando a atividade de profissionais e criação de espaços. Dentre as leis sugeridas encontram-se a Lei Municipal de Ecoturismo, Lei Municipal de Guia de Turismo, Lei Municipal de Condutores de Visitantes e a Criação do Parque Municipal Cachoeira do Lajedão.

A imagem de abertura do tópico é o Rio São Francisco com a usina Hidrelétrica de Xingó com as comportas fechadas ao fundo.

4.2.9. Parte IX – Gestão de espaços públicos – unidades de conservação

Versa acerca da gestão de espaços públicos com foco no turismo restrito as áreas naturais, apresentando ações específicas em cada espaço (Vale dos Mestres, Cachoeira do Lajedão e o Parque Municipal Lagoa do Frio), considerando o estágio

que se encontram no ciclo de produto turístico e as necessidades de ordenamento para visitação turística nas áreas supracitadas.

Este item também contempla a es de regulamenta o, infraestrutura turística, gerenciamento, capacita es, planos de manejo, análise da água e sistema de sinaliza o turística, baseando-se nos projetos em andamento na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Canindé de São Francisco. A imagem de capa apresenta as “Luzes da Usina Hidrelétrica de Xingó”.

4.2.10. Parte X – Promo o do destino

Reflete sobre a importância do *marketing* do destino turístico e apresenta as etapas de elabora o do Plano Estratégico de *Marketing* Turístico, assim como os elementos do *marketing* como forma de fortalecimento competitivo e posicionamento do destino no mercado de turismo.

Aborda temas como marca, *persona*, material promocional, eventos de promo o e divulga o do destino (*Famtour*, *Presstrip*, *Road Show* e Rodada de Negócios). As caixas de observa o apresentam os conceitos de Mercado Turístico e Fluxo Turístico de acordo com o Ministério do Turismo, além do termo *Turnover*. A imagem presente na capa   da comportas abertas da Usina Hidrelétrica de Xingó.

4.2.11. Parte XI – Planos complementares

Este t pico auxilia na elabora o de dois planos fundamentais que permeiam o ordenamento do território (Plano Diretor Orientado ao Turismo) e a gestão de risco (Plano de Contingência), ambos com figuras que apresentam as etapas para elabora o dos referidos planos.

As caixas de dicas sugerem a cartilha do Ministério do Turismo – Cartilha Plano Diretor Orientado ao Turismo (2022) e as obras Plano de Contingências – Livro Base (2017) e o Manual de Plano de Contingências para desastres em massa, ambos do Ministério da Integra o Nacional (2018), com seus respectivos *links* de acesso. Por fim, uma caixa de observa o sugerindo consultar o documento Turismo de Aventura – busca e salvamento (2005) como obra base para cria o dos grupos Voluntários de Busca e Salvamento.

4.2.12. Parte XII – Para não concluir

Trata-se de uma mensagem para os gestores e técnicos de turismo que tiverem a oportunidade de ler o manual técnico e uma reflexão sobre a importância de desenvolver um trabalho de forma ética e responsável com a participação da comunidade local.

Com imagem lateral de um Gavião sobrevoando a caatinga ao qual remete a liberdade em seu voo e é considerado um ser criativo, algo que os gestores necessitam ser, considerando muitas das vezes a falta de recurso para implantação de projetos e ideias.

O Manual Técnico de Ordenamento Turístico: Estratégias para Implantação do Ecoturismo, encerra-se com outro trecho do Hino Municipal de Canindé de São Francisco que conta o início da povoação do município, a evolução com progresso e desenvolvimento, o uso turístico do rio e do cânion, bem como o sertanejo e a história do cangaço. De fundo a imagem da prainha Beira Rio (Orla Salomão Porfírio de Brito) com vista da Trilha do Cruzeiro.

Por fim, nas referências tem-se todos os autores que contribuíram para o embasamento teórico da construção do manual e a imagem na lateral da Trilha da Caverna Fantasma.

Com a elaboração deste manual, espera-se contribuir com as propostas de implantação e/ou ordenamento do ecoturismo não somente no município de Canindé de São Francisco, mas em outros municípios que precisem regulamentar a prática ecoturística tornando-a mais responsável e, sobretudo, sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi possível discutir sobre o planejamento, seus conceitos fundados na administração e a construção da terminologia para a atividade turística com o planejamento turístico, analisando a evolução do turismo no Brasil, as políticas públicas voltadas para a estruturação do turismo no país e os incipientes estímulos para a implantação do ecoturismo, demonstrando que não houve evolução e perspectivas de mudanças para o estado de Sergipe no cenário de competitividade do ecoturismo.

Ao tratar-se de ecoturismo, delineou-se uma breve discussão sobre o Turismo em Áreas Naturais, com base conceitual no turismo de natureza, visto a falta de consenso no entendimento sobre o que vem a ser o turismo de natureza e turismo de áreas naturais em âmbito internacional. No entanto, pode-se perceber a evolução do conceito de ecoturismo com base nas influências das discussões mundiais sobre o clima, sustentabilidade e mudança de comportamento de consumo.

Entretanto, denota-se que há uma necessidade de maior investimento em políticas públicas voltadas para o ecoturismo no Brasil, considerando que nos estudos realizados durante a pesquisa, foram identificados programas pontuais, sem continuidade, além da ausência no estado de Sergipe, o que impacta diretamente o objeto de estudo deste trabalho.

Ao se realizar a caracterização do município de Canindé de São Francisco, observou-se seu potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, porém pode-se perceber os impactos ocasionados pela ausência do planejamento turístico, configurando-se em visitas turísticas de forma desordenadas em áreas naturais e o avanço da especulação imobiliária, além das invasões e uso de ocupação do solo de forma irregular.

Com isso, este trabalho atingiu seu objetivo em contribuir com um estudo sobre o ecoturismo no município, considerando que o Polo Velho Chico, apresenta-se com potencial para implantação do ecoturismo, pela sua proximidade e relação com o Rio São Francisco, o que permite a existência de diversos atrativos turísticos naturais.

Por fim, deseja-se que o produto tecnológico “Manual Técnico de Ordenamento Turístico: Estratégias de Implantação do Ecoturismo” possa provisionar na ausência do Plano Municipal de Turismo em Canindé de São Francisco/SE e torne-se uma ferramenta instrumental para nortear as tomadas de decisões, orientar no processo de elaboração de um plano estratégico de ecoturismo e facilitar o entendimento dos gestores que perpassarem pela pasta da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura do referido município.

Ademais compreende-se que este manual técnico é o início para elaboração de uma série de manuais voltados para o ordenamento turístico dos destinos com base nos segmentos turísticos reconhecidos pelo Ministério do Turismo, mas utilizando-se de metodologias inovadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETA. **Normas técnicas no turismo**: conheça as principais e veja qual se aplica ao seu negócio. Disponível em <https://abeta.tur.br/pt/normas-tecnicas-turismo-aventura-brasil/>. Acessado em 10 de janeiro de 2022.

ABETA; Ministério do Turismo. **Programa Aventura Segura**: concepção, metodologia e resultados /ABETA e Ministério do Turismo. – Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2011. 106 p. (Série Aventura Segura)

AMBIENTE BRASIL. **Canindé de São Francisco - SE**. Disponível em http://ambientes.ambientebrasil.com.br/ecoturismo/destinos/carinde_de_sao_francisco_-_se.html, acessado em 29/06/2021.

ARAÚJO, S. S.; AGUIAR NETTO, A. O.; SALES, J. M. J. **O Peixe, O Pescador e a Barragem de Xingó no Baixo São Francisco em Sergipe e Alagoas no Brasil**. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/revipi/article/view/4844#:~:text=A%20Usina%20Hidrel%C3%A9trica%20de%20Xing%C3%B3,ano%20do%20seu%20pleno%20funcionamento>. Acessado em 12/01/2023.

ARAUJO, C. M; TASCHNER, G. Turismo e Políticas Públicas no Brasil. In: BENI, M. C. (Org.) **Turismo**: Planejamento Estratégico e capacidade de Gestão – Desenvolvimento Regional, Rede de produção e Clusters. Barueri, SP: Manole, 2012.

BEZERRA, G. S. **Os fundamentos teóricos** – conceituais do ecoturismo. Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, PE, 2009.

BINFARÉ, P. W.; CASTRO, C. T.; SILVA V.; GALVÃO, P. L.; COSTA, S. P. Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo** – RTC, Natal, v. 4, Ed Especial, p. 24-40, abr. 2016.

BRAGA, D. C. **Planejamento Turístico**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL CHANNEL. **Canindé de São Francisco - SE**: Dados Gerais. Disponível em http://brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Canind%C3%A9%20de%20S%C3%A3o%20Francisco&uf=SE&tipo=dados+gerais, acessado em 29/06/2021.

BRASIL. EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Coordenação Silvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Módulo Operacional 4**: elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Roteiros do Brasil: Programa de Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010**: Uma Viagem de Inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Geral do Turismo** - LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm, acessado em 04/02/2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2018-2022**: Mais Emprego e Renda para o Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Estratégico Institucional 2020-2023**. Brasília: Ministério do Turismo, 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Universidade de Brasília. **Cartilha de Plano Diretor Orientado ao Turismo**. Curitiba: CRV, 2022.

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO. (Município). **Lei Complementar Nº006/2006** - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável. Canindé de São Francisco: Gabinete do Prefeito, 2006.

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO. (Município). Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte. **Relatório Anual de Gestão SETURCE**: 2018-2019. Canindé de São Francisco: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte, 2019.

CBHSF. **Fiscalização Preventiva Integrada - FPI Atuação**. Disponível em <https://2017.cbhsaofrancisco.org.br/fpi/atuacao/> , acessado em 23 de janeiro de 2022.

CAVALCANTE, C. R. **Roteiro Turístico Integrado no município de Canindé de São Francisco/Sergipe**. TCC (Especialização em Gestão de Empreendimentos Turísticos), Departamento de Turismo, Universidade Federal de Sergipe, Nossa Senhora da Glória/SE, 2018.

CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS DA ASSOCIAÇÃO PLANTAS DO NORDESTE. **Parque Municipal Lagoa do Frio** Disponível em http://www.cnip.org.br/protecao_arquivos/protecao_PARQUE_NAT.html, acessado em 04 de fevereiro de 2022.

CORREIA, C. B. S. **Evolução do Ecoturismo no Brasil**: de 1993 a 2003. Brasília, 2003. Monografia (Curso de Especialização em Ecoturismo) Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília.

CRUZ, D. E. R. **Fauna de Mosquitos (Diptera: Culicidae) em fragmento de caatinga no Alto Sertão Sergipano**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação), Universidade Federal de Sergipe, 2013

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. **A nossa história.** Disponível em <https://embratur.com.br/historia/> acessado em 04/02/2023.

EMDAGRO. **Município de Canindé de São Francisco -SE.** Disponível em www.emdagro.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=1032, acessado em 29/06/2021.

FERNANDES, I. **Planejamento e Organização do Turismo:** Uma abordagem desenvolvimentista com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GERHARDT, T. E.; SOUZA, A.C. Aspectos teóricos e conceituais. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 11-30.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. F.; GONÇALVES, J. R. G. O ecoturismo e a planificação da gestão ambiental no desenvolvimento de estratégias em áreas naturais protegidas. **Revista Direito Em Debate**, v. 29, n. 54, p. 77–90, 2020. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2020.54.77-90>

IBGE. História. IBGE **Cidades, Canindé de São Francisco.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/caninde-de-sao-francisco/historico>. Acesso em: 02/11/2020.

IBGE. **Canindé de São Francisco Panorama.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/caninde-de-sao-francisco/panorama>, acessado em 29/06/2021.

IGNARRA, L. R. **Fundamento do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL. Disponível em <http://www.ecobrasil.eco.br/conceitos/ambientais>, acessado em 26 de julho de 2022.

LIMA, M.S. **“Um povo às margens”** – estudo propositivo para habitação de interesse social em Canindé de São Francisco/SE. Laranjeiras, 2022. TCC (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2022.

MARANHÃO, C. H. da S. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2017. DOI: 10.21680/2357-8211.2017v5n2ID9522. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/9522>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, P. C. S.; SILVA, C.A. Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. **Revista Turismo em Análise – RTA**, v. 29, n. 3, p. 487-505, set./dez., 2018.

MARTINS, L. M. **Tecnologia Móvel para Governança Turística de Stakeholders**. Aracaju, 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo, Instituto Federal de Sergipe.

MCKERCHER, B. **Turismo de Natureza: Planejamento e Sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MICT/MMA. Grupo de Trabalho Interministerial. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994. Disponível em http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrize_spoliticanacionalecoturismo1994.pdf, acessado 26 de julho de 2022.

MÜLLER, R.; SILVA, R. B. S. **Planejamento e organização do turismo**. Indaial: Uniasselvi, 2011.

PEDRAZZI, A. C; CUNHA, F. L. B; DIAS, R. **Avaliação geotécnica da região dos cânions do Xingó**, CPRM, 2022. Disponível em <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/22706>, acessado em 11/01/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA/SE. **Prefeito Adailton Sousa sanciona Lei que assegura condutores ambientais locais**. Disponível em <https://itabaiana.se.gov.br/noticia/7615/prefeito-adailton-sousa-sanciona-lei-que-assegura-condutores-ambientais-locais>, acessado em 30/01/2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SAMPAIO, E. A. de A. **Metodologia para Planejamento e Gestão Municipal do Turismo com Implementação em um Software**. Aracaju, 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo, Instituto Federal de Sergipe.

SANTANA, M. A. **Implantação de projeto de preservação e educação ambiental na Trilha Vale dos Mestres em Canindé de São Francisco**. TCC (Especialização em Gestão de Empreendimentos Turísticos), Departamento de Turismo, Universidade Federal de Sergipe, Nossa Senhora da Glória/SE, 2018.

SANTANA, M. L. **Eco Fazenda Mundo Novo e sua contribuição como atrativo turístico em Canindé de São Francisco/SE**. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SANTOS, C. A. J. **El Turismo como Factor de Desarrollo: El caso de Sergipe**, 2017. Tese (Doutorado em Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental) – Departamento de Geografía Humana, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2017.

SANTOS, C. M. L. **Turismo Cultural nas Cidades Históricas de São Cristóvão e Laranjeiras: um olhar através dos guias turísticos e dos guias de turismo**. São Cristóvão, 2015. Monografia (Graduação em Bacharelado em Turismo) Núcleo de Turismo, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, C. M. L. **Centro de Atendimento ao Turista - CAT**. TCC (Especialização em Gestão de Planejamento do Turismo), Departamento de Turismo, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2018.

SANTOS, C. M. L.; LEAL, R. E. S. CAT Silvia de Oliveira - Centro de Atendimento ao Turista de Canindé de São Francisco (SE). *In*: SANTOS, C.A.J. SEMINÁRIO NACIONAL TURISMO/UFS, 3, 2018, São Cristóvão, SE. **Anais do III Seminário Nacional de Turismo/UFS - turismo e transformação digital**. São Cristóvão, SE: Departamento de Turismo, 2018, p. 212 -220.

SANTOS, C. M. L.; SILVA, V. C.; MAIA, F. B. A. Análise das potencialidades para o desenvolvimento do arranjo produtivo local de turismo de base comunitária em Canindé de São Francisco – SE. *In*: **II Congresso Nacional de Turismo Comunitário & VIII Simpósio de Turismo Sertanejo**, 2014, João Pessoa. VIII Simpósio de Turismo Sertanejo. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SANTOS, L. L. G. **As Políticas Públicas De Turismo Na Estruturação De Roteiros Turísticos Em Sergipe: O Caso Do Roteiro Cidades Históricas**, 2013. TCC (Bacharelado em Turismo - Departamento de Turismo, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, M. Y. M. **Software de gestão do conhecimento como estratégia de gestão pública do setor turístico**. 2022. 93f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2022.

SARTI, A. C; QUEIROZ, O. T.M.M.; Espaço, paisagem, lugar, território e região – a organização do espaço turístico. *In*: BENI, M. C. (Org.). **Turismo: Planejamento Estratégico e capacidade de Gestão – Desenvolvimento Regional, Rede de produção e Clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012.

SALVATI, S. S. Os Princípios do Ecoturismo. *In*: MITRAUD, S. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.

SEMARH.SE. **Resumo Executivo do Plano de Manejo do Monumento Natural Grotta do Angico.** Disponível em <https://www.semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/PlanodeManejoMONA.pdf>, acessado em 29/06/2021

SERGIPE. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS Polo Velho Chico.** Versão Final. Revisada em 2012. Volume II – Documento Técnico. Aracaju: SETUR, 2012.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa dos Coqueirais.** Versão Final. Volume II - Documento Técnico. Aracaju: SETUR, 2013.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Turismo. **Caracterização da Demanda Turística de Sergipe.** Coordenador Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. - Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2018.

SERGIPE. Governo do Estado. **Plano Estratégico do governo de Sergipe – 2019-2022.** Aracaju, 2019

SILVA, F. A. S. **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores.** Lisboa, tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade de Lisboa, 2013.

SOARES, J. C. **La evolución de los destinos turísticos litorales consolidados.** Un análisis comparado de Balneario Camboriú (Brasil) y Benidorm, 2012. Tese (Doutorado) - Instituto Universitario de Investigación Turística, Universidad de Alicante, Alicante, Espanha, 2012.

SOUSA, A. J. G. **O turismo de natureza no Funchal,** 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2014.

SOUZA, H. T. R.; GOIS, D. V.; ARAUJO, W. S.; SOUZA, R. M. Análise Geoambiental do Parque Natural Municipal. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 6, n.2, p. 29-49, 2016. DOI: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2016.3630>

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL. **Monumento Natural do Rio São Francisco**. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/5077> , acessado em 29 de junho de 2021.

UNWTO; UNEP. **Making Tourism More Sustainable**: a Guide for Policy-Makers. Madrid and Paris: UNWTO and UNEP, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM TURISMO



AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM

Eu, **Marcelo Pereira da Silva**, brasileiro, solteiro, fotógrafo, inscrito no CPF sob nº 018.911.185-28, residente e domiciliado em Canindé de São Francisco, Sergipe, na Av. Otávio Fernandes de Santos, nº 201, pela presente e na melhor forma de direito, a partir desta data, passo a permitir que o Sr. Carlos Moisés de Lima Santos, discente do Mestrado Profissional em Turismo do Programa de Pós - Graduação de Mestrado Profissional em Turismo, com sede nesta cidade de Aracaju, na Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, em Aracaju, CEP 49020390, faça uso das imagens fotográficas ora cedidas, bem como de meu nome em divulgações, publicações, impressos, obras literárias, com ou sem fins lucrativos e por prazo indeterminado.

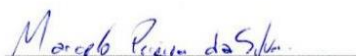
Declaro que a(s) fotografia(s) poderá(ão) ser utilizada(s) de forma irrestrita, sem remuneração pela colaboração e/ou participação pessoal, e que as mesmas são de minha autoria.

No caso de as fotografias conterem imagens reconhecíveis de pessoas, prédios ou espaços públicos, a autorização para veiculação é de minha inteira responsabilidade, como autor(a) das fotografias.


O uso das imagens, produções fotográficas e nome, deverá ocorrer somente nos limites aqui estabelecidos.


Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, assinando esta autorização na presença de duas testemunhas.

Canindé de São Francisco, 01 de março de 2023.


Marcelo Pereira da Silva - Fotógrafo

Testemunhas:


Nome: Patrícia da Silva Lima
CPF: 028.256.155-28


Nome: Magalene Alves Santana
CPF: 556.615.645-20